



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**GEORREFERENCIAMENTO DAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS:  
INTEGRAÇÃO OPERACIONAL DAS POLÍCIAS MILITAR E  
CIVIL**

**JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR**

Belém - PA

2015

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR

**GEORREFERENCIAMENTO DAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS:  
INTEGRAÇÃO OPERACIONAL DAS POLÍCIAS MILITAR E  
CIVIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, Dr.

Coorientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, Dra.

Belém-PA

2015

# GEORREFERENCIAMENTO DAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS: INTEGRAÇÃO OPERACIONAL DAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL

**JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará.

---

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*  
(Coordenador do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública)

## **Banca Examinadora**

---

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*  
Universidade Federal do Pará  
Orientador

---

Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*  
Universidade Federal do Pará  
Coorientadora

---

Prof. Wilson José Barp, *Dr.*  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador Interno

---

Profa. Marilena Loureiro da Silva, *Dra.*  
Universidade Federal do Pará  
Avaliadora Externa

---

Profa. Adrilayne dos Reis Araújo, *M.Sc.*  
Universidade Federal do Pará  
Avaliadora Interna

## DEDICATÓRIA

A todos os profissionais de Segurança Pública que trabalham diariamente na defesa dos direitos e garantia da segurança da população do Estado do Pará.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, que esteve sempre ao meu lado me dando cobertura, e iluminando meus passos.

Ao Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos e à Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida, respectivamente orientador e coorientadora, por seus ensinamentos, atenção, disponibilidade e confiança em todo o processo de orientação.

Aos meus pais José Dilson (em memória) e Rosilene Souza pelo amor, pela educação e pelo exemplo que transmitiram no decorrer da minha vida.

À minha esposa Sue Anne e aos meus filhos Victor Hugo e Caio Arthur, pelo amor e pela compreensão que tiveram comigo em razão dos longos períodos de ausência, dedicados à conclusão deste trabalho.

Aos demais professores que fazem parte do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, em especial à Profa. *M.Sc.* Adrilayne dos Reis Araújo, pelo carinho e atenção com que sempre me atenderam durante todo o curso.

Ao graduando José Luiz de Carvalho Lisboa, Graduando do Curso de Estatística e bolsista do LASIG/GEPEC, da Universidade Federal do Pará, pela colaboração inestimável, presteza e disponibilidade.

À Universidade Federal do Pará e à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, por tornarem realidade esse grande sonho dos profissionais da área de segurança pública.

---

## RESUMO

---

SOUZA JÚNIOR, José Dilson Melo de. Georreferenciamento das Ocorrências Policiais: Integração Operacional das Polícias Militar e Civil. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - PPGSP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2015.

O problema da criminalidade e da violência no Brasil tem alcançado níveis alarmantes nas últimas três décadas, fazendo com que a sociedade exija das autoridades políticas públicas eficazes para fazer frente a esta demanda social. O georreferenciamento das ocorrências policiais, mediante o mapa criminal de determinada área a ser policiada, embora seja utilizada desde o século XVIII, na França, ainda constitui-se numa importante ferramenta disponível para os gestores do sistema. Neste contexto, aqui avalia-se a proposta de utilização da plataforma *Google Maps* para integrar os dados de produtividade das polícias militar e civil do Estado do Pará. A utilidade prática desta integração foi avaliada a partir de um questionário aplicado aos policiais que atuam na 5ª Área Integrada de Segurança Pública do estado do Pará. Finalmente, a importância do georreferenciamento das ocorrências, a partir da utilização da ferramenta *Google Maps*, para melhorar a gestão das polícias estaduais foi evidenciada pelos policiais, principalmente, pelo fato do conhecimento dos dados das ocorrências não ficarem restritos aos gestores, e alcançarem todos os atores do sistema.

**Palavras-chave:** Polícia Militar. Mapa Criminal. Google Maps.

---

## ABSTRACT

---

SOUZA JUNIOR, José Dilson Melo de. Georeferencing of Police Events: Operational Integration of military and civil police. Dissertation (Program of Graduate Studies in Public Security - PGSPS), Institute of Philosophy and Human Sciences – IPHS, Federal University of Pará, UFPA, Belém, Pará, Brazil, 2015.

The problem of crime and violence in Brazil has reached alarming levels in the last three decades, making the company requires of effective public policy authorities to deal with this social demand. The georeferencing of police reports by the criminal map of a given area to be policed, although used since the eighteenth century, in France, it is still in an important tool available to system managers. In this context, here we evaluate the proposed use of Google Maps platform to integrate the productivity data of military and civil police in Pará State. The practical utility of this integration was assessed from a questionnaire given to the policemen operating in 5th Public Safety Integrated area of Para state. Finally, the importance of geo-referencing of events, from the use of Google Maps tool to improve the management of state police was evidenced by the police, mainly because of the occurrence data of knowledge not being restricted to managers, and reach all system actors.

**Keywords:** Military Police. Criminal Map. Google Maps.

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	<i>i</i>
<b>Abstract</b> .....	<i>ii</i>
<b>Lista de Tabelas</b> .....	<i>iii</i>
<b>Lista de Figuras</b> .....	<i>iv</i>
<b>Lista de Apêndices</b> .....	<i>v</i>
<b>Lista de Siglas</b> .....	<i>vi</i>
<b>CAPÍTULO 1: Considerações Gerais</b> .....	1
1.1. Introdução .....	1
1.2. Justificativa .....	3
1.3. Problema de Pesquisa .....	4
1.4. Objetivos.....	5
1.4.1. Geral.....	5
1.4.2. Específicos.....	5
1.5. Hipótese Básica do Trabalho .....	5
1.6. Revisão da Literatura.....	6
1.7. Metodologia .....	20
<b>CAPÍTULO 2: Artigo</b> .....	24
<b>RESUMO</b> .....	24
<b>ABSTRACT</b> .....	25
Introdução.....	25
Métodos.....	30
Resultados e Discussão .....	32
Conclusão .....	39
Referências .....	40
<b>CAPÍTULO 3: Considerações Finais e Recomendações</b> .....	43
3.1. Considerações Finais .....	43
3.2. Recomendações.....	46
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	47
<b>APÊNDICE</b> .....	50
<b>Apêndice A: Questionário Utilizado na Pesquisa com Policiais Militares e Civis que atuam na área da 5ª AISP - Guamá, Realizada no Município de Belém, no Ano de 2014</b> .....	42
<b>Apêndice B: POP N°001/2015/CPC/PMPA – Mapa Criminal Georreferenciado 5ª AISP</b> .....	50

---

## LISTA DE TABELAS

---

**Tabela 1:** Percentual por faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço, disponibilidade de equipamento para acesso, tipo de equipamento utilizado e ocupação dos policiais da 5ª AISP – pesquisa de integração da produtividade e georreferenciamento..... 37

---

## LISTA DE FIGURAS

---

<b>Figura 1:</b> PM Escaneando os BAPM da 5ª AISP. ....	33
<b>Figura 2:</b> Equipe Responsável pela Confecção do Mapa Criminal da 5ª AISP. ....	34
<b>Figura 3:</b> Palestra Matinal do Comandante da 3ªCIA/20BPM/5ª AISP. ....	35
<b>Figura 4:</b> Exemplo de Mapa Crime atualizado – 30ABR2015. ....	36
<b>Figura 5:</b> Exemplo de Mapa Crime com Descrição da Ocorrência. ....	45

---

## LISTA DE APÊNDICES

---

<b>Apêndice A:</b> Questionário Utilizado na Pesquisa com Policiais Militares e Cíveis que atuam na área da 5ª AISP - Guamá, Realizada no Município de Belém, no Ano de 2014. .....	42
<b>Apêndice B:</b> POP N°001/2015/CPC/PMPA – Mapa Criminal Georreferenciado 5ª AISP. ....	50

---

## LISTA DE SIGLAS

---

<b>SIGLAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
BAPM	Boletins de Atendimento Policial Militar
BOP	Boletim de Ocorrência Policial
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CEI	Centro Estratégico Integrado
CF	Constituição Federal
CIOP	Centro Integrado de Operações
CPC	Comando de Policiamento da Capital
IESP	Instituto de Ensino de Segurança Pública
POP	Procedimento Operacional Padrão
RISP	Regiões Integradas de Segurança Pública
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEGUP	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIAC	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
SIEDS	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
SIGPOL	Sistema Integrado de Gestão Policial Militar
SISP	Sistema Integrado de Segurança Pública
Zpol	Zonas de Policiamento

---

## CAPÍTULO 1

### Considerações Gerais

---

#### 1.1. Introdução

O mundo moderno vivencia uma onda de violência crescente ocasionada por inúmeros conflitos sociais, caracterizados, basicamente, por questões de ordem econômica, étnica, religiosa e política. O Brasil, como parte deste sistema globalizado, não poderia estar de fora deste contexto perverso, sendo, portanto, imperioso para a sociedade brasileira estudar e buscar soluções para o aumento da percepção de medo e insegurança (BEATO FILHO, 1999).

A questão da insegurança, amplamente divulgada pelos meios de comunicação nacionais brasileiros, encontra-se mais crítica ainda nas áreas periféricas das grandes cidades (ZALUAR, 2004; GAWRYSZEWSKI; COSTA, 2005). Nestas áreas mais carentes de serviços públicos e infraestrutura das Regiões Metropolitanas, onde os crimes mais violentos, tais como o homicídio, dificilmente conseguem ser elucidados e, portanto, as demandas por políticas públicas eficazes no controle da criminalidade são mais clamadas pela população, constata-se que o Estado não tem alcançado seus objetivos, porque se desvia do combate à causa da criminalidade, focando-se, quase sempre, nos seus efeitos e mesmo assim, de maneira ineficaz.

No Estado do Pará, as polícias civil e militar traçam suas estratégias operacionais preventivas com base nos dados de crimes registrados pela Polícia Civil do Estado, por meio do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP (REMÉDIOS, 2013). Estes registros de ocorrências integram um banco de dados do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, que por sua vez dispõe da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC para, mediante a utilização de técnicas estatísticas, mapear a dinâmica criminal do Estado e assim subsidiar os gestores

da cada unidade para otimizar o emprego dos efetivos operacionais das polícias, em especial da polícia preventiva, que é a Polícia Militar, com a finalidade de reduzir o medo e a insegurança supracitados.

Segundo preceitua a Constituição Federal vigente, em seu Artigo 144, § 5º: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (BRASIL, 2007). Neste diapasão, portanto, cristalina está a condição de que a Polícia Militar possui a função de polícia administrativa, sendo responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, e pela manutenção da ordem pública, nos diversos Estados da Federação.

O policiamento proativo e preventivo, realizado pela Polícia Militar, focado na prevenção do crime, implica numa polícia presente ostensivamente nos locais de maior incidência criminal. Entretanto, a presença física do policial a pé ou motorizado, nestes locais, necessita de supervisão, de controle e da delimitação de áreas a serem policiadas, de padronização na adoção das práticas policiais comprovadamente exitosas e de metas a serem alcançadas, visando avaliar o trabalho da polícia pelo mal que conseguiu evitar e não mais pelos resultados alcançados após o crime consumado, esses são os parâmetros de uma organização policial moderna. A reforma das polícias é um empreendimento muito complexo e perpassa por intervenções simultâneas em diversas esferas, especialmente no que tange à modernização da tecnologia empregada na atividade policial (SOARES, 2006).

A padronização dessas práticas de proatividade policial em bairros como os periféricos da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, certamente, é uma ferramenta imprescindível para que gestores da segurança possam atender aos anseios da população por uma segurança pública mais eficiente e eficaz.

No contexto atual das sociedades democráticas têm sido frequentes as pressões sobre as organizações policiais para que alterem sua estrutura convencional, fortemente burocratizada. As razões para esse tipo de demanda costumam apoiar-se em uma dupla justificativa. Por um lado, na desconfiança sobre sua eficácia no combate à criminalidade; de acordo com esta crítica, as estratégias tradicionais de policiamento

não têm se mostrado capazes de alcançar a complexidade dos problemas diante dos quais se encontra (BEATO FILHO, 2001). Por outro lado, na crescente perda de legitimidade do formato autoritário destas organizações frente às demandas de expansão do sistema democrático representativo para todas as esferas institucionais, nas sociedades liberais contemporâneas.

Diante desse panorama, o modelo de policiamento comunitário ou policiamento orientado para a comunidade, frequentemente rotulado como um sinônimo de policiamento avançado e progressista (BAYLEY; SKOLNICK, 2002) tem aparecido como uma utopia capaz de reverter o quadro de desprestígio social e político das organizações policiais. A generalização desse modelo tem levado as autoridades policiais a tentarem de forma simplista e, muitas vezes, acrítica, implementá-lo sem qualquer estratégia de mudança estrutural das velhas organizações policiais.

Neste contexto de inovação das práticas policiais, este trabalho visa especificamente avaliar se a integração das informações da produtividade operacional das polícias militar e civil, do Estado do Pará, mediante a unificação e visualização georreferenciada das ocorrências policiais atendidas e registradas por ambas as instituições, com a utilização gratuita da plataforma web ou aplicativo denominado “*Google Maps*”, na área de circunscrição do 20º Batalhão de Polícia Militar – BPM, mais especificamente no bairro do Guamá – área de circunscrição da 3ªCIA/20ºBPM, no período de Janeiro a dezembro de 2014, melhora a gestão policial, a fim de possibilitar ao gestor do sistema de segurança pública a identificação geográfica dos pontos críticos de criminalidade, seus respectivos horários e, por conseguinte, otimizar os escassos recursos disponíveis para atender tal demanda social.

## **1.2. Justificativa**

A pesquisa se justifica devido ao fato de que a Secretaria Executiva de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará – SEGUP tem, atualmente, inúmeras limitações, tanto no nível de recursos humanos, quanto nos meios materiais e de logística para atender aos anseios de segurança da população paraense, especialmente àqueles que são utilizados pela Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA, logo, toda e qualquer racionalização do emprego dos escassos recursos para o cumprimento de sua missão

constitucional, poderá trazer inúmeros benefícios para o cliente final dos serviços de segurança pública, ou seja, o cidadão.

Portanto, quando uma pesquisa científica sobre o trabalho policial baseia-se na análise cotidiana dos dados estatísticos, bem como quando se estabelece uma mudança na forma de execução do policiamento diário, ou seja, uma correlação palpável, mensurável e facilmente visualizada, a partir do georreferenciamento e do cruzamento dos dados estatísticos de ocorrências atendidas pela PMPA e/ou registradas pela Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA pode-se dizer que os meios disponíveis serão otimizados e direcionados para uma aplicação pontual, evitando-se desperdício das forças em ações e operações pouco ou nada produtivas, mediante um mapeamento criminal preciso e detalhado.

Com base nesses argumentos espera-se que, a partir da integração das informações da produtividade operacional das polícias militar e civil do Estado do Pará, com a utilização da ferramenta “*Google Maps*”, melhore a produtividade dos policiais que atuam na ponta do sistema, ou seja, aqueles que dialogam e interagem com o cidadão, sejam estes civis ou militares, e, portanto, que este trabalho científico possa servir de parâmetro para ações de comando em outras unidades operacionais por todo o Estado do Pará, aperfeiçoando assim, a qualidade dos serviços de segurança pública prestados pelos órgãos do sistema de segurança do Estado a todo o povo paraense.

### **1.3. Problema de Pesquisa**

A falta de integração das informações de ocorrências atendidas pelas polícias militar e civil, do Estado do Pará, de forma georreferenciada, com a utilização gratuita da plataforma *web*, como por exemplo, do aplicativo denominado “*Google Maps*”, na área de circunscrição do 20º Batalhão de Polícia Militar – BPM – 3ª CIA, sediada no bairro do Guamá, prejudica a gestão produtividade dos policiais que atuam na ponta do sistema de segurança pública?

## **1.4. Objetivos**

Este trabalho apresenta os seguintes objetivos gerais e específicos:

### **1.4.1. Geral**

Avaliar se a integração das informações da produtividade operacional das polícias militar e civil, do Estado do Pará, mediante a unificação e visualização georreferenciada das ocorrências policiais atendidas e registradas por ambas as instituições melhoram a gestão policial.

### **1.4.2. Específicos**

i) Analisar as limitações e possibilidades de utilização da ferramenta *Google Maps*, como ferramenta para viabilizar a integração das ocorrências policiais, tanto no âmbito da PMPA, quanto na esfera da PCPA, para efetuar o mapeamento criminal georreferenciado na área do 20BPM/3ªCIA – Guamá.

ii) Disponibilizar um meio tecnológico para propiciar aos “policiais de rua”, ou seja, aqueles que estão na ponta do sistema de segurança pública, o acesso a dados de ocorrências georreferenciadas, durante o turno de serviço.

iii) Elaborar um Procedimento Operacional Padrão – POP que possibilite a outros Policiais, em qualquer unidade policial do Estado do Pará, realizar a integração das ocorrências policiais mediante a utilização da ferramenta *Google Maps*, utilizando-se dos benefícios do mapeamento criminal georreferenciado.

## **1.5. Hipótese Básica do Trabalho**

A integração das informações da produtividade operacional das polícias militar e civil, do Estado do Pará, mediante a unificação e visualização georreferenciada das ocorrências policiais atendidas e registradas por ambas as instituições, com a utilização gratuita da plataforma web denominada “*Google Maps*”, na área de circunscrição do 20º Batalhão de Polícia Militar – BPM / 3ª CIA – Guamá, possibilitará aos gestores da

circunscrição do bairro do Guamá, mais precisamente da 5ª Área Integrada de Segurança Pública - 5ª AISP – Guamá, a saber: Capitão PM (Comandante da 3ª CIA/20ºBPM) e ao Delegado de Polícia Civil (Diretor da Seccional Urbana de Polícia Civil do Guamá) otimizarem os escassos recursos disponíveis para atender a demanda social e, também, propiciarão ao policial de ponta, aumentar sua produtividade operacional, na medida em que poderá ter acesso às referidas informações de maneira detalhada e georreferenciada.

#### **1.6. Revisão da Literatura**

No Brasil, a polícia responsável pelas atividades ostensivas é profissional, dotada de uma hierarquia verticalizada, centralizada, com forte coordenação das atividades individuais. No entanto, desde a Constituição Federal de 1988, que confere suporte jurídico para o envolvimento das comunidades na produção de segurança, ao estabelecer o princípio segundo o qual a segurança é dever do Estado, mas direito e responsabilidade de todos (Artigo 144), iniciativas em torno da participação da sociedade no trabalho preventivo foram surgindo. Tais iniciativas, contudo, deram-se de modo incipiente, com pouca ênfase sobre a doutrina do policiamento comunitário e sem implicar alterações mais profundas, do ponto de vista organizacional, ou seja, tidas como uma abstração, sem a articulação de órgãos específicos.

Neste sentido de mudança para um modelo de policiamento cada vez mais preventivo e menos reativo, o uso das novas tecnologias de georreferenciamento pode vir a ser um elemento de inovação eficaz, desde que influencie as atividades cotidianas do efetivo empregado no policiamento ostensivo realizado pelo 20º BPM / 3ª CIA – Guamá, da PMPA, que foi objeto do estudo durante a avaliação da metodologia informacional implementada, no período de janeiro a dezembro de 2014, contudo, antes de tratar-se da utilização do georreferenciamento como meio de integração das ocorrências atendidas pelas polícias civil e militar, no âmbito do 20º BPM/3ªCIA, faz-se necessário entender o porquê deste modelo atual de policiamento denominado por alguns autores como “profissional”, fundado na reação, encontrar-se comprovadamente em fase de mutação para um novo modelo, baseado na prevenção.

Moore (2003, p. 123) com muita propriedade, analisando as organizações policiais, entende que o policiamento na América caracteriza-se pela grande quantidade de departamentos de polícias, contando com mais de 17.000 (dezesete mil) departamentos individuais, fato este que por si só demonstrar a dificuldade em identificar características comuns, especialmente, porque possuem histórias, desafios operacionais e lideranças diferentes, contudo é possível identificar pontos de convergência, por vezes, muito bem definidos, quais sejam aqueles que identificam conceito de “policiamento profissional”, e, contra os quais as correntes teóricas do policiamento comunitário e do policiamento orientado para a solução de problemas irão atuar.

Segundo Moore (2003, p. 124), a estrutura básica dos departamentos de polícia que atuam orientados pelo policiamento profissional, apresenta as seguintes peculiaridades em geral:

(...) Os departamentos de polícia americanos são, tipicamente, divididos em uma força de patrulheiros – que constitui 60% ou 70% do pessoal do departamento – e uma divisão de detetives – que entra com outros 8% ou 15% (...). Os departamentos de polícia têm também, sempre, equipes (*squads*) especiais, dedicadas a atividades especializadas, tais como, investigações sobre narcóticos, crimes cometidos por menores, trânsito e armamentos e táticas especiais. Uma divisão administrativa responsabiliza-se por garantir que a organização seja abastecida com veículos, postos e delegacias policiais, fundos operacionais, mão-de-obra e por prestar contas desses recursos junto às autoridades municipais. (...) Cada policial tem uma patente e é obrigado a obedecer ordens daqueles que estão em patentes superiores à dele(...) As políticas, como seria previsível, vêm de cima para baixo e espera-se obediência. A pessoa que está no comando é responsável pela atuação da unidade.

Identifica-se, portanto, o caráter eminentemente reativo do policiamento profissional, na medida em que se prioriza nesse modelo três táticas específicas, também citadas por Moore (2003, p. 124), que são: o patrulhamento (aleatório ou direcionado), a pronta-resposta ao chamado por serviços e a investigação retrospectiva de crimes. Em todas as táticas apresentadas resta à polícia apenas reagir ao crime consumado, ou seja, a prevenção fica em último plano, pois as ações reativas norteiam a atuação dos policiais.

Em contraponto ao conceito de policiamento reativo outras correntes teóricas surgiram dando ênfase à prevenção do crime, ou seja, o combate eficaz da criminalidade

se faz com ações proativas, dentre essas se destaca a corrente teórica que elenca o policiamento comunitário como uma das formas de possibilitar a participação da comunidade nas ações do policiamento, proporcionando uma interação da polícia com a comunidade de modo a aumentar a sua eficácia. Neste diapasão afirmam e entendem Bayley e Skolnick (2002, p. 18):

A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. A polícia não consegue arcar sozinha com a responsabilidade, e, sozinho, nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso. Numa expressão bastante adequada, o público deve ser visto como “co-produtor” da segurança e da ordem, juntamente com a polícia. Desse modo o policiamento comunitário impõe uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem.

O policiamento de tolerância zero também é uma das correntes que defendem uma ação proativa da polícia, na medida em que enfatiza àqueles crimes de menor poder ofensivo, ou seja, pequenos delitos que antes passavam impunes, como por exemplo, os praticados por pichadores, lavadores de para-brisas e mendigos do metrô de Nova York (BELLI, 2000).

Neste contexto, a também chamada teoria das “janelas quebradas” tornou-se amplamente difundida e copiada por inúmeros departamentos de polícia pelo mundo afora, inclusive no Brasil, contudo seus resultados são amplamente contestados por diversos teóricos, dentre os quais destaca-se Belli (2000, p. 160) que descreve a teoria da seguinte forma:

O programa Tolerância Zero se baseia, em grande medida, na chamada teoria das "janelas quebradas" ("*broken Windows*"), divulgada pelo famoso artigo homônimo de autoria de James Q. Wilson em parceria com George Kelling e publicado em 1982 na revista norte-americana *Atlantic Monthly*. O argumento principal dessa "teoria" é o de que uma pequena infração, quando tolerada, pode levar a um clima de anomia que gerará as condições propícias para que crimes mais graves vicejem. A metáfora das janelas quebradas funcionaria assim: se as janelas quebradas em um edifício não são consertadas, as pessoas que gostam de quebrar janelas assumirão que ninguém se importa com seus atos de incivilidade e continuarão a quebrar janelas.

O caráter proativo do programa de policiamento denominado tolerância zero evidenciou-se no contexto da segurança pública, porém para que este fosse efetivado e

obtivesse a projeção internacional como política pública bem sucedida, foram necessários investimentos significativos no departamento de polícia de Nova York, de acordo com Belli (2000, p. 162).

A teoria das janelas quebradas forneceu um verniz de respeitabilidade pretensamente científica às políticas colocadas em prática pelo prefeito de Nova York. Em 1994, Giuliani alçou o então chefe da polícia de trânsito William Bratton ao posto de comissário de polícia da cidade. Bratton foi o principal responsável pela aplicação da teoria das janelas quebradas, procurando atacar as pequenas infrações do cotidiano que, a seu ver, afetavam negativamente a qualidade de vida da população ordeira e contribuía para o clima de "abandono" que estaria por trás dos crimes mais violentos. Para tanto, a estratégia de Bratton incluiu o aumento do contingente policial e a modernização dos equipamentos, a devolução de responsabilidade para os chefes de delegacias ("*precincts*") e a implantação de um esquema informatizado de acompanhamento dos índices de criminalidade.

As modernas estratégias proativas propiciaram uma maior aproximação da polícia com a comunidade, na medida em que as próprias forças policiais estão sendo preparadas para este tipo de inovação, já que reconheceram e constataram que o modelo reativo de policiamento não atende mais às demandas da sociedade, ou seja, o que foi tentado durante décadas não está mais funcionando satisfatoriamente, nem atendendo aos anseios da população, pois as ruas das cidades não estão mais seguras, o medo do crime e da violência não está diminuindo. É preciso buscar soluções criativas e inovadoras para aumentar a eficácia das forças policiais no mundo todo e em especial no Brasil e no Pará.

Outra corrente teórica que se contrapõe ao modelo reativo de policiamento é a do policiamento orientado para a solução de problemas, a partir da qual se impõe às instituições policiais a missão de atuar na vanguarda na resolução de problemas eminentemente policiais, tanto no âmbito interno dos departamentos de polícia, como, também no âmbito externo, ou seja, interagindo com outras instituições não policiais, públicas ou privadas de modo a evitar que um problema simples se transforme em uma questão de difícil resolução na área da segurança.

O conceito de policiamento orientado para a solução de problemas, que também defende uma ação proativa e preventiva das forças policiais, é defendido por inúmeros

teóricos, entre os quais Eck e Spelman (1987) apud Moore (2003, p. 119) que afirmam o seguinte:

O policiamento para a solução de problemas está associado com a descentralização da responsabilidade até o nível o mais baixo possível da organização, encorajando comunicações laterais – ao invés de verticais – não só dentro do departamento, mas também fora dela, junto a outros órgãos de governo.

Identificar as áreas de maior incidência criminal, tanto em números absolutos, quanto relativos é uma forma primordial de policiamento proativo e moderno para qualquer gestor de segurança pública, propiciando, de maneira inteligente, o aperfeiçoamento do emprego de seus, quase sempre, poucos recursos disponíveis, bem como se constitui num mecanismo moderno para aumentar a eficácia e a produtividade operacionais, de modo a atender os anseios de serviços de segurança cada vez mais prementes na sociedade moderna.

Neste entendimento a delimitação dos pontos críticos de criminalidade, por meio do mapeamento criminal, deve nortear as ações preventivas e repressivas de grande parte dos departamentos de polícia pelo mundo afora, e, principalmente, no Brasil, país caracterizado pela alta incidência criminal, especialmente nos centros urbanos, potencializados pela desigualdade social, cada vez mais presente nas metrópoles e nas cidades médias. A polícia deve estar presente nos locais em que se evidencia a maior incidência criminal, o que demanda um estudo estatístico das ocorrências atendidas e registradas no sistema de defesa social, de tal forma que permita ao gestor o redirecionamento do aparato policial, de acordo com os horários, locais e características dos crimes distribuídos no território a ser policiado. O correto georreferenciamento dos delitos, em determinada área geográfica, permite a formulação de políticas públicas mais eficazes, senão vejamos:

Por outro lado, o tratamento espacial da criminalidade também subsidia políticas públicas de segurança e combate à criminalidade. A identificação de áreas mais propensas a determinadas modalidades de crime, bem como os seus determinantes, permite, não apenas compreender melhor o fenômeno da violência urbana, mas, sobretudo, intervir, de forma consciente, na realidade. (...), o mapeamento do crime pode auxiliar o combate à violência urbana nas mais diversas instâncias: na investigação dos delitos, no gerenciamento de recursos humanos e materiais das polícias, na construção de ações específicas para recortes espaciais distintos, na distribuição espacial de centros de correção criminal, bem como no policiamento comunitário (DINIZ; RIBEIRO, 2005, p.79-80).

No mesmo diapasão, com base nos avanços tecnológicos advindos na virada do século passado, especialmente aqueles decorrentes da popularização do acesso à internet (rede mundial de computadores interligados), criou-se a possibilidade da utilização da ferramenta de georreferenciamento do *google maps* no âmbito das polícias do Estado do Pará, de modo a facilitar a execução do policiamento em *Hot Spots* (pontos quentes), ou seja locais geograficamente identificados em que se constatam estatisticamente os maiores índices de criminalidade, em determinados horários e dias da semana.

Atualmente a PMPA utiliza as estatísticas de ocorrências registradas na PCPA, por meio do SISP/WEB – Sistema de Registro de Ocorrências Policiais via web, para identificar estes *hot spots* e com base nesses pontos executa todo o seu planejamento operacional, contudo as ocorrências atendidas pela própria polícia militar, mas que não geram procedimentos na PCPA, não são incluídas nessa demarcação das áreas de maior risco, fato este que pretende-se corrigir com o georreferenciamento utilizando-se a ferramenta *Google Maps*, a partir do presente trabalho.

Segundo Rolim (2006, p. 63) o policiamento a partir de *hot spots* constitui-se em importante estratégia preventiva, haja vista que:

O policiamento a partir de hot spots tornou-se bastante comum nos EUA e em outros países – o que foi muito influenciado pelas novas tecnologias de mapeamento do crime com o uso de recursos de georreferenciamento. Uma pesquisa da Police Foundation nos EUA demonstrou que 7 em cada 10 departamentos de polícia usam atualmente esses recursos (Weisburd et al, 2001). Inúmeras pesquisas têm demonstrado que medidas proativas de policiamento com foco bem determinado, prioridades estabelecidas e abordagens orientadas para a resolução de problemas podem ser, de fato inibidoras da criminalidade.

Enfim, podemos concluir que a polícia terá mais chances de reduzir a criminalidade se concentrar suas atenções em áreas de risco, em determinados horários, no perfil de certos infratores potenciais e também no das vítimas.

As práticas policiais adotadas com sucesso em outros países devem ser consideradas no processo de modernização das forças policiais brasileiras, embora reflitem realidades sociais e culturais diferentes dos países emergentes, como é o caso do Brasil. Bayley e Skolnick (2006) realizaram pesquisas em seis cidades dos Estados Unidos e identificaram os métodos inovadores de policiamento que propiciaram

resultados positivos, bem como identificaram ações que embora fossem adotadas com certa frequência não surtiam o efeito esperado e, portanto, por analogia, não devem ser adotadas em nosso país, em que pese às diferenças supracitadas existentes.

Aumentar o número de policiais, por exemplo, não reduz a criminalidade; o patrulhamento motorizado aleatório não melhora a segurança pública; a rápida resposta ao chamado de emergência não produz mais prisões de criminosos nem tranquiliza o público; e a solução de crimes raramente é conseguida por policiais que agem com base nas provas físicas, mas requer que as vítimas e testemunhas identifiquem os criminosos e deem um testemunho persuasivo (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 224-225).

Neste contexto, entende-se que se torna incontestável a necessidade de modernização das instituições e das práticas policiais no mundo inteiro, já que a sociedade e, por conseguinte, o crime está em constante processo de transformação, especialmente no mundo globalizado, restando apenas a quem se propõe a estudar o sistema como um todo, buscar soluções para este grave problema, que é o aumento progressivo dos índices de criminalidade e da violência.

Portanto, é sensato perguntar que elementos de inovação foram identificados pelo estudo realizado nas cidades americanas de Santa Ana, Detroit, Houston, Denver, Oakland e Newark, que poderiam ser empregados e utilizados no Brasil, com grande probabilidade de alcançarem os efeitos esperados?

(...) os elementos de inovação no policiamento atual nos Estados Unidos que nos levam a concluir que o policiamento voltado para a comunidade constitui a onda do futuro são quatro: reciprocidade entre polícia e a comunidade, descentralização do comando por área, reorientação da patrulha e emprego de civis (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 225).

Constata-se, pois, que as teorias supramencionadas se complementam, na medida em que de um lado as mudanças nas organizações policiais sofrem influências tanto de fatores externos (sociedade), como de fatores internos (polícia), bem como de que tais modificações nas práticas policiais em busca de uma instituição cada vez mais proativa e menos reativa demonstram a busca incessante da oxigenação institucional que tem vivenciado a quase bi-centenária Polícia Militar do Pará (criada em 1818).

A visão que a sociedade propaga sobre a polícia é fundada no estereótipo das velhas organizações policiais, caracterizadas pela ineficácia, pela truculência e baixo nível de escolaridade de seus agentes, enfim, pela desorganização institucional, contudo esse retrato tem sido modificado, principalmente, nas últimas duas décadas no Brasil, na medida em que as próprias instituições buscaram modernizar-se para melhor atender à sociedade que tanto clama por serviços públicos de qualidade, especialmente na área de segurança pública. Tal metamorfose institucional, que tem o ser humano como eixo fundamental deste processo, seja ele servidor público ou usuário do sistema, é retratada no artigo de Carbonell (2014, p. 8).

É comum ainda ouvir-se e constatarem-se verdadeiros absurdos e acusações descabidas às Instituições Policiais por parte de diversos segmentos da Sociedade. (...) parece ser tradição enraizada do povo em generalizar que a Polícia é ineficiente, corrupta e corruptível, que todo Policial é ignorante, arbitrário e irresponsável, quando na verdade, de uma maneira geral, tais entendimentos não passam de pensamentos ilógicos, egocêntricos e insensatos, pois a Polícia também evoluiu no cerne de suas concepções.

Hoje tem-se profissionais em todos os Órgãos Policiais do país, em razoável número – componentes com boa qualidade cultural e nível intelectual adequado e que possuem cursos universitários e pós-graduados nos diversos ramos da Segurança desempenhando suas funções a contento e trabalhando para o bem estar da coletividade (...). Além de serem líderes desempenham funções para proporcionar segurança aos que precisam de sua orientação. A ação tática, estratégia e fundamentalmente operacional é o que torna o sucesso de um líder visível tanto na parte de planejamento das ações como na execução destas.

A padronização de procedimentos ou estratégias eficazes, de forma alguma poderia deixar de lado o ator principal do processo, que é o ser humano, o policial-militar, aquele que efetivamente atua decisivamente para o sucesso ou fracasso da PMPA junto ao seu público-alvo. Não raras são as situações em que verifica-se uma conjunção de fatores que contribuem decisivamente para a ineficácia do controle institucional sobre seus efetivos empregados nas ruas da capital do Estado, acrescenta-se o fato de que a atividade de policiamento ostensivo, no âmbito da PMPA é compreendida pelo público interno como “castigo”, pois se criou a cultura de que estar trabalhando nas ruas significa: estar sujeito a um maior desgaste físico e mental, estar exposto a um maior risco, pois uma ocorrência de rua mal resolvida pode facilmente resultar em traumas psicológicos, ferimentos, mortes, processos judiciais, prisões, gastos pessoais para custeio de honorários advocatícios, exclusão da corporação, desestruturação de famílias etc.

Fica claro e nítido que a tropa de rua, ou seja, os que atuam nos Batalhões de Policiamento Ostensivo são discriminados e preteridos por policiais mais especializados ou que atuam na atividade administrativa (atividade meio), na medida em que ao se comparar a atividade fim da polícia militar com outras atividades burocráticas, ou até mesmo com as tropas especiais, que geralmente ficam aquarteladas e sempre estão viajando em operações no interior do Estado, e com isso conseguem aumentar sua renda mensal, a partir das diárias que são percebidas nestas ocasiões, enfim, os policiais de “rua” são, via de regra, desprestigiados, em relação aos demais. Neste sentido veja-se o que relata o pesquisador e Oficial Superior da PMPA – Cel PM Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto:

Ora, é evidente que o policiamento do espaço público exige do policial militar maior esforço e dedicação se comparado ao trabalho burocrático, realizado no tranquilo, climatizado e confortável ambiente dos gabinetes. O terceiro aspecto decorre da indiferença da instituição a essa realidade. Ao longo da minha experiência profissional, observei que não se prestigia o *policial operacional* nas polícias militares do Brasil. Por sua vez, isso ocorre de várias formas. Por um lado, o policiamento do espaço público é representado como repugnante, pois nele se lida com o *lixo da sociedade*. Deve, portanto, ser atribuído aos mais *rudes*. Por outro, aqueles que exercem a atividade burocrática ou assessoram autoridades políticas estão mais próximos do alto escalão do Estado e da Polícia Militar e não apenas recebem gratificações salariais adicionais (DAS), como também são frequentemente condecorados e promovidos na frente dos que trabalham no policiamento ostensivo (OLIVEIRA NETO, 2004, p. 42).

Identifica-se, então, um enorme paradoxo do sistema de segurança, haja vista que: se é verdade que a polícia civil e a polícia militar do Estado do Pará e dos demais Estados do Brasil dependem diretamente do aumento da produtividade operacional de seus agentes para alcançarem os objetivos e metas estabelecidos pela sociedade, como estes serão alcançados se o principal agente além de não ser valorizado pelas organizações, não tem acesso aos mapas criminais de suas respectivas áreas de policiamento?

Como se pode esperar resultados satisfatórios se o ator principal, que é o policial de rua, não tem sua produtividade diária aferida, sistematizada e divulgada para a coletividade ou para as próprias instituições?

A publicidade destas estatísticas de produtividade operacionais de ambas as polícias estaduais poderia trazer benefícios aos usuários do sistema de segurança pública e defesa social?

A complexidade desses questionamentos direcionou este trabalho para a busca de soluções práticas que permitam àquele policial que está na ponta do sistema o acesso a dados que o possibilitem atuar mais fundamentado, com mais precisão e sem desperdícios desnecessários, enfim com apoio da tecnologia para alcançar as metas institucionais de modo cada vez mais natural e eficaz.

A utilização das modernas ferramentas tecnológicas disponíveis para a modernização das instituições policiais, especialmente no tocante ao acesso a dados estatísticos é muito recente no Brasil, e em poucos Estados da Federação o governo é obrigado a divulgar os dados relativos à segurança pública, como se evidencia no Estado de São Paulo, segundo exemplificam Nourani et al. (2011, p. 143):

É caso de reflexão, quando se observa que num estado como São Paulo, considerado, ao menos, um dos estados mais desenvolvidos do país, é somente em 1995 que os órgãos responsáveis pela segurança pública passam a ser obrigados, por força da Lei 9.155 (SÃO PAULO, 1995), a fornecer à sociedade dados e estatísticas sobre violência. Com esta Lei, o Estado de São Paulo passa a ser o primeiro estado da federação a ser obrigado por lei a publicar, em Diário Oficial do Estado, dados sobre a violência e sobre operações dos órgãos responsáveis pelo controle e manutenção da segurança pública.

Nourani et al. (2011) criaram uma ferramenta denominada SIVIU – Sistema de Informação sobre violência Urbana, que permite ao usuário realizar o mapeamento criminal dos dados estatísticos sobre segurança pública, de modo a facilitar ao gestor municipal a tomada de decisões acerca da análise criminal de uma cidade, bairro ou região determinada, conforme se depreende com a seguinte citação:

O SiViU é um sistema de informação automatizado com recursos das Tecnologias de Informação Geográfica, contendo em sua base de

dados informações sobre registros de ocorrências e inquéritos policiais, registros e laudos do IML, registros de óbitos, além de dados pessoais das vítimas e agressores. Ele foi projetado para realizar mapeamento criminal e análises estatísticas da criminalidade sobre os dados armazenados no sistema ou sobre uma parte destes dados, referentes a uma determinada região delimitada pelo usuário. O principal objetivo do desenvolvimento do sistema foi disponibilizar uma ferramenta simples e útil ao alcance dos gestores municipais, que os auxiliasse no seu processo de tomada de decisão em políticas públicas de segurança (NOURANI et al., 2011, p. 146).

A implantação e padronização da utilização da ferramenta gratuita *Google Maps*, via web, para o georreferenciamento das ocorrências policiais registradas em uma AISP, tanto daquelas atendidas pela PMPA que geram procedimento na PCPA, como por exemplo o roubo de veículos, quanto daquelas que não geram procedimento na PCPA, como é o caso de uma averiguação de um indivíduo em via pública em atitude suspeita, mas que, da mesma forma, são atendidas pela PMPA poderá trazer inúmeros benefícios para toda a população do Estado do Pará, haja vista que poderá propiciar uma integração das informações de que dispõem as polícias estaduais e, portanto, maior eficácia no emprego dos escassos recursos humanos e materiais disponíveis, na medida em que os *hot spots* ou pontos de maior incidência criminal poderão ser identificados com maior precisão.

Neste aspecto a utilização adequada das ferramentas de georreferenciamento poderá permitir às instituições de segurança pública uma atuação mais precisa e menos sujeita à improvisações, tais como os pressupostos sugeridos por Rolim (2006, p.60-61):

Uma polícia que atue sem os dados necessários para a otimização de seu desempenho trabalha às cegas, e sua produtividade será muito pequena. Aceito esse pressuposto, deve-se sublinhar que: a) esses dados só podem ser oferecidos, atualmente, por meio da realização sistemática de pesquisas de vitimização; b) a polícia deve dispor de um sistema de “georreferenciamento” que lhe forneça as informações necessárias para a alocação racional dos seus recursos a partir da localização digital no mapa das cidades de todas as ocorrências criminais (...) O quadro geral, então, é o de um sistema de policiamento que atua sem direção.

As potencialidades do sistema de georreferenciamento das ocorrências policiais poderão trazer inúmeras aplicações às polícias civil e militar do Estado, tais como as elencadas por Nourani et al. (2011, p. 150) ao referirem-se a um sistema que utiliza a ferramenta tecnológica para melhorar a atuação e a eficácia da polícia:

Este sistema incorpora algumas características de Sistemas de Informação geográfica (SIG), que possibilitam armazenamento e manipulação de dados georreferenciados, além de mecanismos que permitem realizar análises estatísticas sobre estes dados. Assim o SIVIU (Sistema de Informação sobre Violência Urbana) ajuda o gestor público a obter uma visão global e sistêmica sobre a violência em cada região ou setor geográfico da cidade, o que lhe proporciona maior e melhor conhecimento para tomar medidas estrategicamente mais eficazes para cada área.

Outro exemplo de ferramenta digital propícia para o georreferenciamento de ocorrências policiais da PMPA e da PCPA é o *Google Maps*, aplicativo web de mapas digitalizados, com latitude e longitude e que permite a inserção de dados de diversas naturezas. A vantagem da utilização da ferramenta *Google Maps* seria imensa, haja vista que a mesma é gratuita e, portanto, sua aplicação no cotidiano do policiamento não acarretará grandes investimentos para o setor público, além daqueles já existentes. Segundo Bornhofen e Tenfen (2009, p. 85-86):

A importância do Google é algo inegável, pois, além de constituir uma ferramenta de buscas, oferece uma gama de aplicativos para as mais diferentes áreas ou necessidades. Como o acesso e o uso do Google Maps são gratuitos, e o próprio sistema incentiva para que se desenvolvam novas formas de utilização, por meio do oferecimento dos chamados códigos fontes, optou-se por utilizar esta plataforma para a criação do mapa criminal de Blumenau. Assim, foi eliminada a necessidade da aquisição de um mapa georreferenciado, o que geralmente envolve um grande investimento pelo poder público (...) a utilização do Google Maps apresenta uma vantagem econômica muito grande.

Embora possam existir limitações de ordem humana e material para a utilização do georreferenciamento das ocorrências nas polícias estaduais, cristalinas poderão ser as vantagens de se modernizar tanto a PMPA, quanto a PCPA, no que tange ao cruzamento das informações estatísticas para a tomada de decisão no nível operacional do sistema de segurança pública do Estado do Pará e para que estas informações estratégicas possam nortear as ações daqueles profissionais de segurança pública que atuam na ponta do sistema, ou seja, dos “policiais de rua”, na medida em tais dados sejam expostos didaticamente e assimilados pelos mesmos no início de cada turno de serviço.

Bornhofen e Tenfen (2009), relatam suas experiências no mapeamento criminal georreferenciado, utilizando-se a ferramenta *Google Maps*, no 10º BPM, da PMSC –

Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, contudo elencam algumas limitações para a expansão de sua utilização para o restante da corporação, especialmente no que tange à qualificação da mão-de-obra disponível nos quartéis da corporação “barriga verde”:

A utilização do geoprocessamento como ferramenta na segurança pública em Santa Catarina ainda é muito incipiente. Poucos são os locais que dispõem dessa ferramenta e também poucas são as cidades do Estado que possuem mapas digitais capazes de atender às ferramentas de geoprocessamento disponíveis. Além disso, o mais preocupante é que poucos profissionais da Polícia Militar dominam a utilização dos *softwares* de geoprocessamento (BORNHOFEN; TENFEN, 2009, p. 84-85).

A provável implementação dessa prática de policiamento em que se utiliza o cruzamento das informações tanto da polícia administrativa (PM), quanto da polícia judiciária (PC), em uma mesma ferramenta (*Google Maps*) possibilitará uma ação muito mais proativa e, portanto, muito menos reativa. Ou seja, seria uma nova forma de polícia no Estado do Pará, constituindo-se numa ruptura com o modelo atual. Neste sentido, Schelavin (2003) enumera as vantagens de utilização desta ferramenta:

(...) algumas das possibilidades de utilização do geoprocessamento pela polícia: Para começar, a localização geográfica de recursos e unidades é um fator fundamental para a logística envolvida nas operações de segurança, possibilitando:

- Criar áreas de jurisdição associadas a instalações fixas;
- Planejar o patrulhamento regular;
- Conceber, planejar e executar operações especiais;
- Analisar possíveis rotas de fuga de criminosos;
- Analisar estatisticamente o perfil da violência urbana através da localização geográfica de ocorrências policiais;
- Analisar concentrações de ocorrências de acidentes de trânsito;
- Agilizar o atendimento a chamadas de emergência.

(SCHELAVIN, 2003, p. 22).

No modelo atual, comprovadamente ultrapassado, evidencia-se a inexistência de indicadores de desempenho compatíveis com atividades proativas, a falta de cultura participativa nas comunidades e preventiva nas polícias, o desconhecimento acerca dos elementos dessa estratégia de policiamento, dependência do policiamento comunitário às associações de bairro, rodízio de policiais, etc. (SOUZA, 1999).

Ao implantar-se o georreferenciamento das ocorrências policiais da PCPA e da PMPA, a título experimental, no âmbito do 20º BPM-3ª CIA, pretende-se além de tornar a gestão do policiamento diário muito mais eficiente, facilitando a tomada de decisão por parte dos gestores quanto à localização dos *hot spots*, objetiva-se capacitar e informar melhor o policial que atua na ponta do sistema de defesa social, na medida em que os policiais de rua terão acesso mediante a visualização de mapas crimes confeccionados com o *Google Maps*, nas preleções diárias realizadas no início de cada turno de serviço, podendo-se disponibilizar, ainda, o acesso aos dados estatísticos via web para cada policial civil ou militar durante seu turno de serviço, por meio de *tablet's* ou *smartphones*, na qual consulta os dados com o simples toque no ícone representativo da ocorrência registrada, por exemplo, no dia anterior ao seu turno de serviço.

Uma limitação importante para a difusão intra-institucional da utilização da ferramenta *Google Maps* em substituição aos antigos alfinetinhos fixados em mapas de parede nos batalhões operacionais, segundo os autores Bornhofen e Tenfen (2009, p. 85) seria o simples desconhecimento da disponibilidade gratuita da ferramenta e dos benefícios oriundos de tal utilização.

É de se considerar que muitos não utilizem essa tecnologia simplesmente por desconhecerem sua efetividade ou mesmo por não saberem para que sirva. Boa parte dos policiais sequer tem conhecimento de que o geoprocessamento pode ser empregado em um número quase infinito de situações enfrentadas no dia-a-dia, seja no campo ou na cidade, bem como para facilitar o planejamento e a operacionalização dos serviços policiais.

E continuam os autores referindo-se aos benefícios que a utilização do georreferenciamento com mapas digitalizados das cidades, proporciona aos agentes de segurança que se dedicam a utilizá-los:

A utilização de tecnologias mais rápidas e que simplificam o trabalho, realizando em fração de segundos e com maior precisão o que levaria horas ou dias para concluir, parece ainda não haver caído no gosto de boa parte dos administradores policiais. E, para aqueles que se encantaram com a tecnologia, o investimento necessário torna seu acesso muitas vezes proibitivo. É de se considerar que muitos não utilizem essa tecnologia simplesmente por desconhecerem sua efetividade ou mesmo por não saberem para que sirva. Boa parte dos policiais sequer tem conhecimento de que o geoprocessamento pode ser empregado em um número quase infinito de situações enfrentadas no dia-a-dia, seja no campo ou na cidade, bem como para facilitar o

planejamento e a operacionalização dos serviços policiais. (BORNHOFEN; TENFEN, 2009, p. 84-85).

Com base nos argumentos apresentados e nas referências bibliográficas colecionadas, entende-se que seja de grande importância para a modernização das polícias estaduais (PM e PC) não só a integração de dados estatísticos de produtividade de ambas as corporações, mas, principalmente, a utilização de um aplicativo web, gratuito, que permite ao policial de rua, o acesso a estes dados de modo georreferenciado, via internet, facilitando, destarte seu desempenho profissional e, por conseguinte, beneficiando toda a população residente e flutuante da área de circunscrição do 20º BPM – 3ª CIA - Guamá, na cidade de Belém-PA.

### **1.7. Metodologia**

Como o objetivo desta pesquisa é avaliar se a integração das informações da produtividade operacional das polícias militar e civil, do Estado do Pará, mediante a unificação e visualização georreferenciada das ocorrências policiais atendidas e registradas por ambas as instituições melhoram a gestão policial, de modo a facilitar o georreferenciamento destas ocorrências policiais, utilizando-se de um mapa crime acessível via web, disponibilizando-o para o planejamento operacional de ambas as instituições de segurança pública e para divulgação aos policiais que atuam na atividade operacional das polícias civil e militar, e, destarte, potencializando o nível de eficiência e eficácia do sistema de defesa social como um todo, é de suma importância que os agentes públicos de segurança que efetivamente atuam na atividade de coleta e sistematização dos dados estatísticos de ocorrências policiais sejam ouvidos e possam descrever suas atividades no cotidiano de suas instituições e por conseguinte de que forma poderão contribuir para a implantação da nova ferramenta acima referenciada.

Neste sentido vale destacar algumas características dos sujeitos da pesquisa, ou seja aqueles que irão fornecer elementos indispensáveis, tais como: a instituição a que pertencem, a função que desempenham no órgão policial, as ações a desenvolver para a utilização da nova ferramenta a forma de coleta da opinião do sujeito e o quantitativo de agentes por órgão e função, conforme abaixo discriminado:

*i)* 02 (dois) gestores representantes das instituições policiais que integram a 5ª AISP, sendo o primeiro um Oficial Intermediário da PMPA do posto de Capitão PM, Comandante da 3ªCIA/20ºBPM e o segundo um Delegado de Polícia Civil, Diretor da 5ª Seccional Urbana da PCPA;

*ii)* 04 (quatro) praças graduados que desempenham a função de “Adjuntos ao Oficial de Dia do 20º BPM”, atuando como coordenadores do policiamento diário da unidade operacional da PMPA;

*iii)* 04 (quatro) praças graduados que desempenham a função de “Comandantes de Viatura”, ou seja, os coordenadores do policiamento em subsetores dos bairros do município, que são responsáveis pelo preenchimento dos Boletins de Atendimento de Ocorrências da Polícia Militar (BAPM);

*iv)* 05(cinco) PM’s lotados na seção de estatística do CPC, que desempenham a função de coletar as informações dos BAPM’s e compilá-las de forma georreferenciada para a plataforma “Google Maps” a fim de elaborar o mapa criminal do 20º BPM/3ª CIA/5ª AISP;

*v)* 02(dois) delegados de polícia civil, lotados na Unidade da Polícia Civil da 5ª AISP, responsáveis diretos pelo correto preenchimento dos Boletins de Ocorrência da PCPA (BOP’s), aos quais competem a chefia das investigações policiais civis e a fiscalização dos escrivães que coletarão da população os dados corretos do local da ocorrência policial, inclusive com o perímetro exato do fato, a fim de facilitar seu georreferenciamento;

*vi)* 05(cinco) escrivães de polícia civil ou agentes administrativos, lotados na Unidade da Polícia Civil da 5ª AISP, responsáveis diretos pelo correto preenchimento dos BOP’s, haja vista que na condição dos escrivães e/ou agentes administrativos, têm a incumbência de coletar da população os dados corretos do local da ocorrência policial, inclusive com o perímetro exato do fato, a fim de facilitar seu georreferenciamento, registrando-os no SISP.

Os sujeitos da pesquisa são totalizados em 22 (vinte e dois) agentes de segurança pública, lotados no município de Belém-PA, tanto na PMPA, quanto na PCPA, mais que atuam na atividade operacional ou administrativa na 5ª AISP (Guamá).

A pesquisa foi realizada, exclusivamente, no município de Belém, capital do Estado do Pará, especialmente no bairro supracitado, mais precisamente mediante a

aplicação de questionários de pesquisa (Apêndice A), que revelaram a opinião dos sujeitos da pesquisa sobre as limitações e possibilidades de utilização de uma nova ferramenta para integrar as informações georreferenciadas de ocorrências atendidas pela PMPA e PCPA, ou seja a coleta dos dados será facilitada na medida em que o recorte espacial da pesquisa refere-se a um só bairro do município de Belém do Pará, bem como da acessibilidade do pesquisador, na condição de Oficial Superior da PMPA, a ambas as instituições de segurança pública que foram objeto da presente pesquisa.

A pesquisa foi realizada, no período de janeiro de 2014 a dezembro do mesmo ano, haja vista que o período de doze meses refletiu um lapso temporal capaz de propiciar um estudo atualizado, detalhado e pormenorizado das limitações e possibilidades de utilização da ferramenta gratuita do “*Google Maps*” para executar o georreferenciamento e a integração de ocorrências atendidas pela PMPA (20º BPM – 3ª, Cia / 5ªAISP) e PCPA (5ªAISP), bem como da investigação completa de como se utiliza esta ferramenta via Web e se sua aplicabilidade proporcionará benefícios ao cidadão residente na área a ser pesquisada.

Todavia para que a pesquisa alcançasse seu objetivo, foi necessário adotar o método de pesquisa quantitativa, haja vista que se pretendeu descrever a realidade do cotidiano do policial da 5ªAISP que desempenha suas atividades laborais na capital do Pará, no bairro do Guamá, de modo a identificar as limitações e possibilidades de utilização da ferramenta “*Google Maps*” para o georreferenciamento das ocorrências policiais.

Faz-se necessário especificar a estratégia adotada para identificar, numa pesquisa quantitativa, quem poderá contribuir para o trabalho, considerando-se que a amostragem é do tipo não probabilística, haja vista que os agentes que foram ouvidos pelo pesquisador desempenham funções estratégicas no âmbito da PMPA e PCPA, e, portanto, suas escolhas deram-se em razão de suas qualificações, especificamente pois têm a incumbência de ao preencherem os registros das mesmas, informarem os limites e possibilidades práticas para a implantação do georreferenciamento das ocorrências policiais, para propiciar a integração das ocorrências registradas por ambas as instituições policiais, com a utilização da ferramenta WEB denominada “*Google Maps*”.

Neste diapasão, para que o trabalho pudesse alcançar seu objetivo, fez-se necessário consultar, mediante questionário de pesquisa os policiais civis e militares que têm a incumbência de registrar a localização exata do fato que ensejou o registro e/ou o atendimento da ocorrência policial, de modo a propiciar seu georreferenciamento, mediante o emprego da plataforma web denominada “*Google Maps*”, com o objetivo de identificar, mediante os instrumentos de coleta de dados empregados, os limites e possibilidades de seu emprego como forma de aperfeiçoar a integração das informações entre as duas polícias estaduais, quais sejam a PMPA e a PCPA.

O foco deste trabalho é analisar a viabilidade de utilização da tecnologia supracitada não só por parte dos gestores operacionais da segurança pública (Oficial PM e Delegado de Polícia Civil), mas também por aqueles que atuam na linha de frente do sistema (Praças da PM e Investigadores de Polícia Civil), identificando as limitações e possibilidades desta utilização, buscando, oportunamente, ilustrar esta discussão com exemplos que sirvam como evidências do argumento apresentado.

Não se estará tratando, portanto, de uma teoria de polícia, mas, sim, da aplicabilidade da ferramenta Google Maps como forma de integração das informações das duas principais instituições de segurança pública em nosso Estado do Pará, até a presente data constituindo-se em fato inédito no âmbito da Secretaria Executiva de Estado de Segurança Pública do Pará, o qual propiciará no futuro uma ação operacional, aparentemente, muito mais efetiva e eficaz por parte das forças policiais estaduais, haja vista que a correta identificação da realidade do crime em determinada área geográfica, permitirá, teoricamente, uma ação muito mais precisa e coordenada.

---

## CAPÍTULO 2

### Artigo

---

#### **Georreferenciamento das Ocorrências Policiais: Integração Operacional das Polícias Militar e Civil**

José Dilson Melo de Souza Júnior<sup>1</sup>

Edson Marcos Leal Soares Ramos<sup>2</sup>

Silvia dos Santos de Almeida<sup>2</sup>.

**RESUMO:** O problema da criminalidade e da violência no Brasil tem alcançado níveis alarmantes nas últimas três décadas, fazendo com que a sociedade exija das autoridades políticas públicas eficazes para fazer frente a esta demanda social. O georreferenciamento das ocorrências policiais, mediante o mapa criminal de determinada área a ser policiada, embora seja utilizada desde o século XVIII, na França, ainda constitui-se numa importante ferramenta disponível para os gestores do sistema. Neste contexto, este artigo avalia a proposta de utilização da plataforma *Google Maps* para integrar os dados de produtividade das polícias militar e civil do Estado do Pará. A utilidade prática desta integração foi avaliada a partir de um questionário aplicado aos policiais que atuam na 5ª Área Integrada de Segurança Pública do estado do Pará. Finalmente, a importância do georreferenciamento das ocorrências, a partir da utilização da ferramenta *Google Maps*, para melhorar a gestão das polícias estaduais foi evidenciada pelos policiais, principalmente, pelo fato do conhecimento dos dados das ocorrências não ficarem restritos aos gestores, e alcançarem todos os atores do sistema.

**Palavras-chave:** Polícia Militar; Mapa Criminal; *Google Maps*.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará - UFPA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Belém, Pará – Brasil, E-mail: tceldilsonjr@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará - UFPA, Instituto de Ciências Exatas e Naturais – ICEN, Belém, Pará – Brasil, E-mail: edson@ufpa.br/salmeida@ufpa.br

**ABSTRACT:** The problem of crime and violence in Brazil has reached alarming levels in the last three decades, making the company requires of effective public policy authorities to deal with this social demand. The georeferencing of police reports by the criminal map of a given area to be policed, although used since the eighteenth century, in France, it is still in an important tool available to system managers. In this context, here we evaluate the proposed use of Google Maps platform to integrate the productivity data of military and civil police in Pará State. The practical utility of this integration was assessed from a questionnaire given to the policemen operating in 5th Public Safety Integrated area of 5<sup>a</sup> Para state. Finally, the importance of geo-referencing of events, from the use of Google Maps tool to improve the management of state police was evidenced by the police, mainly because of the occurrence data of knowledge not being restricted to managers, and reach all system actors.

**Keywords:** Military Police; Criminal Map; Google Maps.

## **Introdução**

Este trabalho é o resultado de um estudo realizado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, durante o ano de 2014, cujo objetivo principal é avaliar se a integração das informações da produtividade operacional das polícias militar e civil, do Estado do Pará, mediante a unificação e visualização georreferenciada das ocorrências policiais atendidas e registradas por ambas as instituições melhoraram a gestão policial.

A eficácia das instituições policiais no controle da criminalidade tem sido amplamente questionada por diversos segmentos da sociedade brasileira, tais como: a classe política, as instituições religiosas, as organizações de defesa dos direitos humanos, entre outras. Por conta dessa demanda, buscou-se estudar, propor e discutir meios que propiciem ao policial que está na ponta do sistema de defesa social uma leitura detalhada das ocorrências em sua área de atuação mais próxima da realidade, integrando-se, em um mesmo banco de dados, as ocorrências oriundas das polícias administrativa – Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) e judiciária – Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA) e com isso aumentar sua produtividade operacional, e, por conseguinte, reduzir os elevados índices criminais.

Conforme Bordim e Lima (2012), a sociedade brasileira tem vivenciado, nas últimas três décadas, nível alarmante de violência urbana, especialmente, caracterizada pelo trânsito caótico e pelo aumento de crimes que mais afligem a população, como o furto, o roubo e o homicídio, todos como fruto de uma série de políticas públicas

ineficazes e que originaram uma educação deficiente, uma saúde pública inoperante, uma ocupação urbana desordenada, moradias insuficientes, enfim, tornando as grandes cidades ainda mais violentas e inseguras.

Neste sentido, pode-se afirmar que a violência no Brasil é endêmica, bem como que a sociedade não está satisfeita com as autoridades da segurança pública e com as políticas públicas adotadas para o controle do crime, especialmente nas grandes metrópoles brasileiras. Corroborando com este entendimento sobre a questão da violência, Minayo *et al.* (2003, p. 83) afirmam que:

Nas duas últimas décadas do século XX, o crescimento da violência no Brasil vem afetando todos os setores da sociedade. Tal crescimento enseja a discussão de que o país estaria passando por uma nova epidemia social e por um dos mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado. Essa argumentação se fundamenta no número total e nas taxas de óbito, na quantidade, na intensidade e na variedade das formas de violência e na penetração que esse fenômeno passou a ter nos cenários da vida individual e coletiva, na deterioração da qualidade de vida e nas condições de saúde da população, particularmente nas grandes metrópoles.

A Constituição Federal em vigor no Brasil, em seu Artigo 144, *caput*, já prescreve: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 2007).

No âmbito do Estado do Pará, as polícias civil e militar têm suas atribuições definidas, enquanto instituições permanentes, pela Constituição Estadual nos seguintes termos:

Art. 194 - A Polícia Civil, instituição permanente, auxiliar da Justiça Criminal e necessária à defesa do Estado e do povo, é dirigida por delegados de polícia de carreira, tendo como incumbência principal as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares (PARÁ, 1989).

Art. 198. A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinando-se ao Governador do Estado e competindo-lhe, dentre outras atribuições prevista em lei

I - o policiamento ostensivo fardado;

II- a preservação da ordem pública;

III- a segurança interna do Estado;

IV- a colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente;

V- a proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural (PARÁ, 1989).

Embora as polícias estaduais sejam independentes, suas atuações necessitam ser coordenadas e integradas, haja vista que ambas atuam como protagonistas no controle do crime, contudo, segundo o ensinamento de Lima (2013), cada instituição tem sua forma individual de registrar seus atendimentos à população:

A Polícia Civil (...), possui o Sistema Integrado de Informação de Segurança Pública (SISP) para sistematizar e operacionalizar suas informações. O SISP foi efetivado no ano de 1997 inicialmente somente em algumas Delegacias da Polícia Civil da capital, pela Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará (PRODEPA). O objetivo principal deste sistema é disponibilizar o registro de ocorrências para a população mediante a utilização do Boletim de Ocorrência Policial (BOP), além de possibilitar que os procedimentos de autos de prisão em flagrante delito, inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência instaurados também os fossem registrados de imediato dentro do SISP. (LIMA, 2013, p. 46).

E continua o autor, desta vez referindo-se ao modo de registro de ocorrências da PMPA, que difere um pouco daquele adotado pela PCPA, haja vista que na PMPA existe o Sistema Integrado de Gestão da Policial (SIGPOL), cuja finalidade é manter no mesmo banco de dados o controle de efetivo, patrimônio, protocolo de documentos e registro dos boletins de atendimentos de ocorrências policiais-militares (BAPM):

A Polícia Militar possui (...) o registro dos Boletins de Atendimento Policial Militar (BAPM), que são os registros de ocorrências feitos por policiais militares em serviço, deles surgem os dados estatísticos da Instituição.

A metodologia de emprego do BAPM pressupõe que qualquer ocorrência atendida por um policial militar deva ser registrada em formulário próprio para ao final do seu turno de serviço, ser entregue ao Quartel onde é feito levantamento da produtividade e mapeamento dos pontos críticos para futuras operações. A unidade também faz o lançamento destas informações no SIGPOL que atua como um imenso banco de dados e disponibiliza inúmeros relatórios de produtividade a partir de cruzamento de variáveis(LIMA, 2013, p. 47-48).

A partir da comparação do *modus operandi* de cada instituição no momento do atendimento ao público, identifica-se um nó crítico, ou seja, um obstáculo, para a integração dos bancos de dados das principais forças policiais do Estado, pois de um lado tem-se na PCPA o Sistema Integrado de Informação de Segurança Pública (SISP) totalmente informatizado e interligado, via *web*, pela Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará (PRODEPA), a todas as unidades operacionais da polícia judiciária estadual, porém, na outra ponta do sistema tem-se na PMPA o Boletim de Atendimento da Polícia Militar ainda preenchido de forma manuscrita pelo policial de rua, necessitando de um enorme esforço administrativo dos Batalhões de Polícia Militar (BPM) para que suas informações sejam alimentadas no Sistema Integrado de Gestão Policial, sendo que mesmo que se conseguisse alimentá-lo, devido ao enorme volume de ocorrências registradas pela polícia ostensiva, constata-se que não se integram as estatísticas dos registros de atendimentos da PCPA com a da PMPA.

Como o volume de ocorrências atendidas pela PMPA é bem maior do que àquelas atendidas e registradas pela PCPA, e, ainda, pelo fato do BAPM ainda não estar informatizado, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) adotou como banco de dados oficial do sistema de defesa social o SISP da PCPA, ocorre que a ausência de integração entre SISP x BAPM, fragiliza a avaliação da mancha criminal de determinado bairro ou região, ou seja: uma avaliação imperfeita da criminalidade, quase sempre pode ensejar um emprego equivocado do efetivo de policiamento. Contudo, segundo Lima (2013) a importância da base de dados do BAPM é a seguinte:

O BAPM poderia ser o maior banco de dados do SIEDS por conter todos os atendimentos feitos pela Polícia Militar, instituição que está diuturnamente nas ruas, realizando o seu mister constitucional, de polícia administrativa e preventiva, além de ser a única instituição da segurança pública que está presente efetivamente em todos os 144 municípios do Estado do Pará. Soma-se a isso o fato de que inúmeras ocorrências são resolvidas durante o atendimento policial no local, por meio da mediação de conflitos, não chegando, portanto, às Delegacias de Polícia e conseqüentemente ao SISP de onde se têm as informações oficiais da SEGUP (LIMA, 2013, p. 48).

A integração dos bancos de dados da PMPA com a PCPA é um desafio até hoje não alcançado ou resolvido. Neste contexto, uma forma de resolver ou minimizar esta questão é equacionar esse dilema mediante a utilização da ferramenta gratuita disponibilizada pelo *Google Maps* para não só mapear o crime, mas também reunir

numa única ferramenta tecnológica os dados de ocorrências atendidas por ambas às polícias estaduais.

Uma das maneiras de se identificar onde está ocorrendo o fenômeno crime em determinado espaço social, com o objetivo de otimizar o emprego dos escassos efetivos das forças policiais, propiciando uma gestão mais eficaz destes recursos humanos é a partir do georreferenciamento das informações de ocorrências policiais (RAMOS *et al.*, 2008).

Todavia, inicialmente, faz-se necessário definir-se o conceito básico de georreferenciamento que se refere a uma área multidisciplinar que engloba conhecimentos de geografia, cartografia, ciência da computação, sensoriamento remoto, fotogrametria, geodésia, estatística, matemática, engenharia, etc. (CÂMARA, 1995).

O objetivo de aplicar-se o geoprocessamento às ocorrências policiais é, basicamente, identificar os locais exatos, horários e condicionantes de segurança pública existente em determinado bairro, de modo a distinguir os pontos de maior incidência da criminalidade, ou seja: os “*hot spots*” (pontos quentes) e com isso tornar a ação policial mais preventiva que reativa, contribuindo para a redução dos índices criminais. Esta idéia de mapear crimes é antiga, desde o século XVIII, na França, Adriano Balbi e André-Michel Guerry desenvolveram as primeiras versões dos mapas criminais, semelhantes aos modelos atuais (WEISBURG; MCEWEN, 1998). Contudo, aqui se dispõe a propor uma forma inovadora e inédita de distinguir os pontos quentes, no âmbito da segurança pública paraense, na medida em pressupõe a integração das ocorrências registradas pela PCPA e/ou atendidas pela PMPA, numa mesma base de dados georreferenciada.

Os dados estatísticos de ocorrências policiais registrados pela PCPA em qualquer uma de suas unidades ou por meio de um sistema virtual de Delegacia *on line* são os que subsidiam todos os planejamentos operacionais da PMPA e do própria PCPA, contudo é sabido que há um elevado número de crimes cujas vítimas sequer acionam uma viatura da PMPA, ou mesmo dirigem-se a uma delegacia de polícia para efetivar o registro do fato, o que representa uma subnotificação policial (LIMA, 2013).

Segundo estudo realizado por Ramos *et al.* (2010) a subnotificação em Belém, no período de Agosto/2009 a Julho/2010 foi de 70,67%, sendo que das vítimas de crimes que procuraram algum auxílio/atendimento policial (29,33%), apenas 7,34% dos cidadãos procurou a PCPA para formalizar o registro da ocorrência, perfazendo um total de 92,66% de ocorrências que existiram, mas não foram contabilizados no SISP, ou seja

simplesmente não existiram para a SEGUP, logo, subentende-se que o planejamento realizado tendo como base apenas 7,34% das ocorrências jamais poderá alcançar seu objetivo no controle da criminalidade. É fundamental que a base de dados de ocorrências contemple aquelas que não tenham sido registradas na PCPA, mas que tenham sido atendidas pela PMPA, mediante o registro em BAPM, por meio da utilização de um único banco de dados que reúna os atendimentos das polícias estaduais.

## **Métodos**

A área de abrangência do estudo compreende o bairro do Guamá, na capital do Estado. Este bairro corresponde à 5ª Área Integrada de Segurança Pública (AISP), circunscrição escolhida para se implantar o projeto-piloto da integração operacional das polícias administrativa e judiciária, de forma georreferenciada, devido ao fato de que, no ano de 2013, o referido polígono ter apresentado o maior número de homicídios no universo de 71 bairros da cidade de Belém-PA (PARÁ, 2015), bem como a área elencada para ser objeto de estudo corresponde ao bairro mais densamente povoado da capital do Pará, com 94.610 habitantes (BELÉM, 2011), concentrando em torno de 6,78% da população residente em Belém-PA, que tem população de 1.393.399 de habitantes (IBGE, 2010). Durante todo o ano de 2014 foram elaborados os mapas criminais da 5ª AISP constando todas as ocorrências por turno de 24 horas, tanto da PMPA, quanto da PCPA e disponibilizados aos seus respectivos gestores (Capitão PM e Delegado PC).

No decorrer da pesquisa o mapa criminal georreferenciado foi aperfeiçoado pela equipe de desenvolvimento do Comando de Policiamento da Capital (CPC) da PMPA, que resultou na elaboração de um Procedimento Operacional Padrão (POP), com a finalidade de padronizar o “passo a passo” para que qualquer policial no Estado do Pará, em qualquer região do Estado, mediante um treinamento básico, até mesmo no modelo de ensino à distância, possa realizar o referido trabalho, diagnosticar a mancha criminal da AISP em que desempenha suas funções e, ainda, disponibilizar o acesso destas informações a todos os policiais (civis e militares) que atuam na linha de frente do sistema de segurança pública, até mesmo durante o seu turno de serviço.

Para aferir se a utilização do mapa criminal georreferenciado melhorou a gestão policial e a produtividade operacional foram aplicados questionários aos policiais civis e militares que atuam na 5ª AISP (Apêndice A), ou seja aos sujeitos da pesquisa, aqueles

que irão fornecer elementos indispensáveis, tais como: a instituição a que pertencem, a função que desempenham no órgão policial, as ações a desenvolver para a utilização da nova ferramenta, a forma de coleta da opinião do sujeito e o quantitativo de agentes por órgão e função, na seguinte proporção:

*i)* 02 (dois) gestores representantes das instituições policiais que integram a 5ª AISP, sendo o primeiro um Oficial Intermediário da PMPA do posto de Capitão PM, Comandante da 3ªCIA/20ºBPM e o segundo um Delegado de Polícia Civil, Diretor da 5ª Seccional Urbana da PCPA;

*ii)* 04 (quatro) praças graduados que desempenham a função de “Adjuntos ao Oficial de Dia do 20º BPM”, atuando como coordenadores do policiamento diário da unidade operacional da PMPA;

*iii)* 04 (quatro) praças graduados que desempenham a função de “Comandantes de Viatura”, ou seja, os coordenadores do policiamento em subsetores dos bairros do município, que são responsáveis pelo preenchimento dos Boletins de Atendimento de Ocorrências da Polícia Militar (BAPM);

*iv)* 05(cinco) PM’s lotados na seção de estatística do CPC, que desempenham a função de coletar as informações dos BAPM’s e compilá-las de forma georreferenciada para a plataforma “Google Maps” a fim de elaborar o mapa criminal do 20º BPM/3ª CIA/5ª AISP;

*v)* 02(dois) delegados de polícia civil, lotados na Unidade da Polícia Civil da 5ª AISP, responsáveis diretos pelo correto preenchimento dos Boletins de Ocorrência da PCPA (BOP’s), aos quais competem a chefia das investigações policiais civis e a fiscalização dos escrivães que coletarão da população os dados corretos do local da ocorrência policial, inclusive com o perímetro exato do fato, a fim de facilitar seu georreferenciamento;

*vi)* 05(cinco) escrivães de polícia civil ou agentes administrativos, lotados na Unidade da Polícia Civil da 5ª AISP, responsáveis diretos pelo correto preenchimento dos BOP’s, haja vista que na condição dos escrivães e/ou agentes administrativos, têm a incumbência de coletar da população os dados corretos do local da ocorrência policial, inclusive com o perímetro exato do fato, a fim de facilitar seu georreferenciamento, registrando-os no SISP.

Os sujeitos da pesquisa foram totalizados em 22 (vinte e dois) agentes de segurança pública, lotados no município de Belém-PA, tanto na PMPA, quanto na PCPA, mais que atuam na atividade operacional ou administrativa na 5ª AISP e que

desempenham atividades que interferem direta ou indiretamente na confecção do mapa criminal, sendo que todos responderam o questionário (Apêndice A) e não foram obrigados a se identificarem, o que facilitou a coleta dos dados.

O trabalho de pesquisa foi realizado, no período de janeiro a dezembro de 2014, haja vista que o período de doze meses refletiu um lapso temporal capaz de propiciar um estudo atualizado, detalhado e pormenorizado das limitações e possibilidades de utilização da ferramenta gratuita do *Google Maps* para executar o georreferenciamento e a integração de ocorrências atendidas pela PMPA (20º BPM/3ªCIA/5ªAISP) e PCPA (5ªAISP), bem como da investigação completa de como se utiliza esta ferramenta via *web* e se sua aplicabilidade proporciona benefícios ao cidadão residente na área pesquisada.

Todavia para que a pesquisa alcançasse seu objetivo, foi necessário adotar o método de pesquisa quantitativa, sendo que se pretendeu descrever a realidade do cotidiano do policial que desempenha suas atividades laborais na capital do Pará, no bairro do Guamá, de modo a identificar o caráter subjetivo de limitações e possibilidades de utilização da ferramenta *Google Maps* para o georreferenciamento das ocorrências policiais.

Faz-se necessário especificar a estratégia adotada para identificar, numa pesquisa quantitativa, quem poderá contribuir para o trabalho, considerando-se que a amostragem é do tipo não probabilística, haja vista que os agentes que foram ouvidos desempenham funções estratégicas no âmbito da PMPA e PCPA, e, portanto, suas escolhas deram-se em razão de suas qualificações e contato com a nova tecnologia, especificamente pois têm a incumbência de informar, mediante as respostas ao questionário aplicado, os limites e possibilidades práticas para a implantação do georreferenciamento das ocorrências policiais, a fim de propiciar a integração das ocorrências registradas por ambas as instituições policiais, com a utilização da ferramenta *web* denominada *Google Maps*.

## **Resultados e Discussão**

No decorrer do período de um ano a equipe de policiais liderada pelo Oficial Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do CPC/PMPA, elaborou um POP (Apêndice B) para nortear os auxiliares da seção na confecção e elaboração dos mapas criminais georreferenciados das ocorrências registradas na área da 5ª AISP, tanto pela PCPA, quanto pela PMPA, na medida em que os acessos ao banco de dados do SISP foram

disponibilizados pela PCPA e os BAPM registrados diariamente pela 3ª CIA/20BPM são recolhidos ao término dos turnos de serviço e escaneados (Figura 01), em seguida são remetidos ao CPC/P2 (Figura 02) para a digitação das informações e posterior confecção de uma tabela que servirá de base para a integração das ocorrências (SISP e BAPM) e posterior confecção de um mapa criminal georreferenciado, com acesso restrito àqueles policiais civis e militares que receberão diariamente, via e-mail, as informações de sua área de policiamento.

**Figura 1:** PM Escaneando os BAPM da 5ª AISP.



**Fonte:** SOUZA JÚNIOR, Abr, 2015.

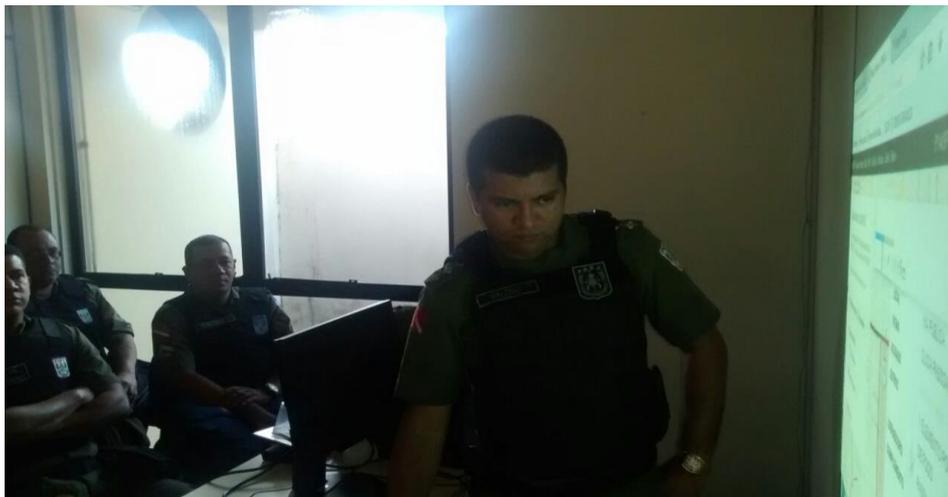
**Figura 2:** Equipe Responsável pela Confecção do Mapa Criminal da 5ª AISP.



**Fonte:** SOUZA JÚNIOR, Abr, 2015.

Procurou-se, durante a pesquisa, desenvolver mecanismos que proporcionassem a todos os policiais lotados na 5ª AISP o acesso às informações já trabalhadas e georreferenciadas das ocorrências registradas pela PCPA e pela PMPA, pois as palestras diárias dos gestores do sistema para os seus subordinados são baseadas nestes dados, no início do serviço informa-se aos profissionais de segurança pública tudo o que aconteceu nos turnos anteriores, na área a ser policiada, como por exemplo: os veículos roubados, as características das vítimas dos crimes, dos criminosos, os horários de maior incidência criminal, os foragidos que praticaram delitos e ainda não foram presos, enfim, as informações necessárias para que o policial possa desempenhar suas funções da maneira mais eficiente possível (Figura 03).

**Figura 3:** Palestra Matinal do Comandante da 3ªCIA/20BPM/5ª AISP.

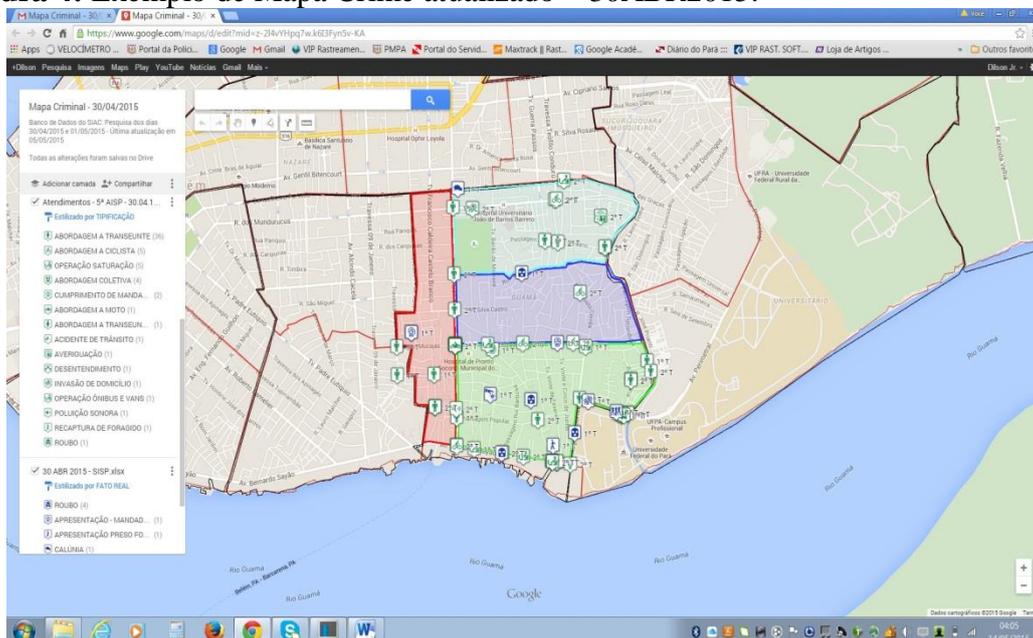


Fonte: SOUZA JÚNIOR, Abr, 2015.

Contudo, para que esse conhecimento pudesse ser difundido e multiplicado para outras AISP's foi formulado um modelo de POP ou passo-a-passo a ser seguido pelos demais policiais, em outras regiões do Estado do Pará, como previa o objetivo do trabalho, propiciando com que outros policiais e cidadãos residentes sejam beneficiados pela utilização da plataforma gratuita *Google Maps* para aumentar sua produtividade operacional, a eficiência e integração das polícias estaduais e alcançando a excelência no combate á criminalidade.

Após todo o processo descrito no POP o mapa criminal estará atualizado e pronto para ser enviado por e-mail aos policiais da AISP, que poderão acessar as informações das ocorrências, sejam elas oriundas pela PCPA (ícones em azul) ou atendidas pela PMPA (ícones em verde) a partir de smartphone e/ou tablet, por exemplo, passando a ter conhecimento dos detalhes da ocorrência (Figura 04).

**Figura 4: Exemplo de Mapa Crime atualizado – 30ABR2015.**



**Fonte:** SOUZA JÚNIOR, Abr, 2015.

A utilização do POP para a multiplicação do conhecimento acerca do mapeamento criminal georreferenciado, integrando as estatísticas de ocorrências das polícias civil e militar, em um único banco de dados, nos moldes como se realiza hoje na 5ª AISP poderá trazer grandes benefícios para a segurança pública no Estado do Pará, sendo necessário que os Comandos da PMPA e da PCPA adotem este procedimento padrão no âmbito de todas as AISP do Estado do Pará.

Para comprovar a viabilidade de aplicação prática da integração entre as polícias, mediante o georreferenciamento de suas ocorrências foi aplicado um questionário, no final do ano de 2014, para aferir a opinião dos profissionais que atuam na área da 5ª AISP. Foram coletados dados de 22 profissionais de segurança pública e chegou-se ao seguinte resultado, que ensejou algumas discussões:

**Tabela 1:** Percentual por faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço, disponibilidade de equipamento para acesso, tipo de equipamento utilizado e ocupação dos policiais da 5ª AISP – pesquisa de integração da produtividade e georreferenciamento.

Variável	Categoria	Percentual
Faixa Etária	20 a 24	9,52
	25 a 29	4,76
	30 a 34	33,34
	35 a 39	19,05
	40 a 44	9,52
	45 a 49	4,76
	50 a 54	14,29
	≥ 55	4,76
Grau de Escolaridade	Ensino Médio Completo	45,45
	Ensino Superior Incompleto	13,64
	Ensino Superior Completo	31,82
	Pós-graduação	9,09
Faixa de Tempo de Serviço	0 a 9	47,62
	10 a 19	28,57
	20 a 29	23,81
Equipamento Pessoal ou do Governo	Sim	71,43
	Não	28,57
Equipamento Utilizado	Computador	41,66
	Celular	30,56
	Tablet	27,78
Ocupação	Atividade Administrativa em OPM	31,82
	Policimento Ostensivo em OPM	31,81
	Registro de Ocorrências em DPC	27,27
	Policimento Investigativo	4,55
	Polic. Ostensivo em OPM e Atvd. Adm. em OPM	4,55
Total	-	100,00

**Nota:** OPM – Organização Policial Militar; DPC – Delegacia de Polícia Civil.

Percebe-se que a maioria dos entrevistados enquadra-se na faixa etária dos 30 a 39 anos (52,39%), tem escolaridade compreendida pelo ensino médio e superior completo (77,77%), está no serviço público de 0 a 19 anos (76,19%), dispõe de equipamento próprio ou fornecido pelo Estado para acessar o mapa criminal georreferenciado (71,43%), utiliza o computador (41,66%) como principal equipamento

para acesso, seguido do celular (30,56%) e atua em atividade administrativa ou operacional em OPM (63,63%).

Constata-se, ainda, que a totalidade (100%) dos policiais que participaram da pesquisa entendeu que é de fundamental importância para o sistema de segurança pública a integração das ocorrências da PMPA com a PCPA em uma mesma base de dados no formato de mapa criminal, ratificando a intenção de preencher corretamente os dados das ocorrências policiais de modo a facilitar o georreferenciamento das mesmas, confirmando total interesse em ter acesso às informações para utilização prática nas suas respectivas atividades profissionais.

O principal questionamento que emana após a apresentação das opiniões dos profissionais de segurança pública que atuam no bairro da 5ª AISP é se este trabalho de implantação de um padrão para a elaboração de um mapa criminal georreferenciado que integre de maneira compreensível os dados de ocorrências registradas pela PCPA e atendidas pela PMPA, conseguiu modificar uma realidade de décadas no âmbito da segurança pública no Pará, qual seja: a falta de informação qualificada e acessível àqueles profissionais que atuam na ponta do sistema.

Observou-se que a totalidade dos policiais da 5ª AISP compreende como de suma importância para todo o sistema de segurança pública a integração das informações de registros de ocorrências em uma base de dados unificada, melhorando o diagnóstico da realidade criminal do bairro e, por conseguinte, aumentando consideravelmente a probabilidade de êxito na missão policial, seja na prevenção criminal ou na repressão dos delitos, haja vista que os policiais que atuam no cotidiano, junto às comunidades, passaram a ter acesso às referidas informações, antes restritas aos gestores do sistema.

Neste contexto entende-se que houve um grande passo rumo à transformação desta realidade, na medida em que a pesquisa mostrou que é possível uma mudança de um sistema eminentemente reativo para uma ação mais proativa com o apoio da tecnologia, contudo a resistência às inovações, que serão naturais, não podem atrapalhar o desenvolvimento e a adoção em massa desta ferramenta em todos os municípios paraenses e essa é a missão daqueles profissionais de vanguarda, verdadeiros guardiões da sociedade.

## Conclusão

Este trabalho teve como objetivo avaliar se a integração das ocorrências registradas pela polícia civil e atendidas pela polícia militar, na área de circunscrição da 5ª AISP, mediante a utilização da plataforma gratuita *web* denominada *Google Maps*, melhorou a gestão policial naquele bairro. Primeiramente ao implantar-se uma nova metodologia de trabalho policial, fundado em diagnosticar com maior precisão possível os dados de crimes, unificando-se em uma mesma plataforma *web* a visualização georreferenciada dessas ocorrências e, principalmente, integrando os dados de ocorrências das polícias estaduais, buscou-se identificar uma realidade e com isto atuar de maneira mais eficiente, otimizando os recursos disponíveis, com foco na prevenção e não somente na reação ao crime.

Durante a pesquisa demonstrou-se de forma didática, pelo POP, como se elabora um mapa criminal com integração das informações constantes do SISP (PCPA) e do BAPM (PMPA). Este procedimento pode vir a tornar-se padrão em ambas as polícias, em toda a formação dos novos policiais, bem como pode ensejar um comprometimento muito maior dos policiais que atuam no contato diário com a população, haja vista que as informações que antes permaneciam restritas aos gestores da PMPA e PCPA, passarão a ser de conhecimento de todos os policiais da AISP, melhorando o planejamento operacional e a execução das missões diárias, destarte com o conhecimento detalhado dos crimes da área a ser policiada.

Posteriormente procurou-se coletar a opinião dos profissionais que atuam na área de policiamento especificada e que de alguma maneira contribuiriam ou usufruíram dos benefícios do georreferenciamento das ocorrências policiais, sendo que a abordagem é baseada em dados estatísticos e na crítica dessas informações aferidas mediante a aplicação de questionário.

De acordo com os resultados obtidos, observou-se que a maioria dos profissionais de segurança pública ouvidos entendeu como positiva e importante a implantação do georreferenciamento na 5ª AISP, demonstrando achar fundamental a integração da produtividade operacional das polícias, relatando que utilizam equipamentos que possibilitam o acesso aos mapas criminais e que tem todo o interesse em acessá-los durante seu turno de serviço, caso lhes seja oportunizado e disponibilizado o acesso.

A totalidade dos profissionais consultados informou que tem a preocupação de registrar os dados de ocorrência com precisão, denotando que entendem que tais

informações detalhadas são importantes para o georreferenciamento, para o aumento da produtividade operacional no combate ao crime e na otimização dos recursos na execução da missão da polícia.

Segundo Lima (2013) cerca de 80% dos Policias Militares que atuam nos bairros da 5ª AISP saem para as ruas diariamente sem ter acesso a nenhum Mapa Criminal com informações sobre o seu setor de policiamento, ou seja, sem dados de horários, tipos de crime, dias da semana mais críticos, ruas com maior incidência de delitos, enfim espera-se um serviço de qualidade ao cidadão, mas o agente público que labora na atividade fim do Sistema Estadual de Defesa Social (SIEDS), ou seja: na atividade operacional e que tem a missão de prestar este serviço com qualidade, não tinha acesso aos dados. Este trabalho procurou desatar este nó crítico do sistema, abrindo caminho para que em breve não se verifique mais esta realidade no Estado do Pará.

Por derradeiro sugere-se ao Comandante Geral da PMPA e ao Delegado Geral da PCPA que adotem medidas administrativas no sentido de aperfeiçoar e implementar o modelo ora apresentado em todas as AISP do Estado do Pará, contribuindo assim para a modernização e aumento da eficácia operacional das polícias estaduais, que passarão a atuar de maneira mais proativa, precisa e eficaz, na medida em que os dados de ocorrência da PMPA e da PCPA serão integrados e georreferenciados pela plataforma *web Google Maps*, tornando o diagnóstico mais próximo da realidade criminal do bairro e, portanto, possibilitando um planejamento operacional integrado muito mais propenso ao acerto, na medida em que passa a permitir a co-participação de todos os policiais da AISP, deixando de estar restrito aos gestores.

## **Referências**

BELÉM – Prefeitura Municipal de Belém. Anuário Estatístico do Município. Demografia. Cap. 2, p. 9, 2011.

BORDIN, M.; LIMA, R. P. “Mapeamento do Crime e Análise Criminal: a experiência do Estado do Paraná”. *Revista Geografares – UFES*, 10:156-175, 2012.

BRASIL – Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2007.

CÂMARA, G. F. Modelos, Linguagens e Arquiteturas para Banco de Dados Geográficos. Tese de Doutorado. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, Brasil, 1995.

IBGE. Censo Demográfico 2010, 2010.

LIMA, H. T. P. Gestão das Estatísticas Criminais na Polícia Militar do Pará: novo paradigma do policiamento moderno e seus reflexos no planejamento operacional. 2013. 81 f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2013.

MINAYO, M. C. S., et al. Análise Temporal da Mortalidade por Causas Externas no Brasil: Décadas de 80 e 90 in MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA. Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro. Editora da FIOCRUZ, 2003.

PARÁ. Constituição (1989). Constituição do Estado do Pará. Belém (PA): ALEPA, 1989.

PARÁ. Polícia Militar do Estado do Pará – Comando de Policiamento da Capital – 2ª Seção do Estado Maior. **Relatório de Homicídios por Bairros em Belém-PA nos anos de 2103 e 2014**, 2015.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Orgs.). Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional. Belém: EDUFPA, v. 2, 2008.

RAMOS, E.M.L.S. ; ARAÚJO, A.R. ; SOUZA, C.R.B. ; TOMA, M.Y. ; ALMEIDA, S.S. ; GARCEZ, A.C.A. ; REIS, C. P. ; CARVALHO, D.C.O. ; FERREIRA, F.J.H. ; SANTOS, F. H. M. ; LEÃO, G.S.A. ; RIBEIRO, J.C. ; ALBUQUERQUE, J.I.S. . Pesquisa Amostral Realizada na Região Metropolitana de Belém - Publicado na Fundação Biblioteca Nacional - Ministério da Cultura - Escritório de Direitos Autorais; Número do Registro: 493.455; Livro: 933; Folha: 38; Protocolo do Requerimento: 2010\_11; 74 Páginas. 2010.

WEISBURG, D.; MCEWEN, T. Crime Mapping and Crime Prevention. Monsey, NY: Criminal Justice Press, v.8, 1998.

**Apêndice A: Questionário Utilizado na Pesquisa com Policiais Militares e Civis que atuam na área da 5ª AISP - Guamá, Realizada no Município de Belém, no Ano de 2014.**



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Mestrado em Segurança Pública

Questionário nº: \_\_\_\_\_  
Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014  
Instituição Policial: \_\_\_\_\_

**Projeto de Integração e Georreferenciamento das Ocorrências Policiais da PMPA e PCPA, na área de Circunscrição da 5ª AISP – Guamá**

**DADOS PESSOAIS**

- 1) **FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:** 1.1) Idade em anos: \_\_\_\_\_  
 1.2)  30 a 39 anos      1.4)  50 a 59 anos      1.6)  Acima de 70 anos  
 1.3)  40 a 49 anos      1.5)  60 a 69 anos
- 2) **SEXO:** 2.1)  Masculino      2.2)  Feminino
- 3) **RAÇA:** 3.1)  Branco    3.2)  Pardo    3.3)  Amarelo    3.4)  Índio    3.5)  Negro
- 4) **ESTADO CIVIL:** 4.1)  Solteiro    4.2)  Casado    4.3)  Divorciado    4.4)  Viúvo    4.5)  Outros \_\_\_\_\_
- 5) **RENDA FAMILIAR (EM SM):** 5.1) **RS** \_\_\_\_\_ (1SM = R\$ 724,00)  
 5.2)  < 1      5.4)  3 |-- 5      5.6)  7 |-- 9      5.8)  acima de 11      5.10)  sem declaração  
 5.3)  1 |-- 3      5.5)  5 |-- 7      5.7)  9 |-- 11      5.9)  sem rendimento
- 6) **GRAU DE ESCOLARIDADE:**  
 6.1)  E. Médio Completo      6.3)  E. Sup. Completo  
 6.2)  E. Sup. Incompleto      6.4)  Pós-graduação
- 7) **TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO POLICIAL:** 7.1) Tempo de Serviço em anos: \_\_\_\_\_  
 7.2)  0 a 9 anos      7.4)  20 a 29 anos      7.6)  Acima de 40 anos  
 7.3)  10 a 19 anos      7.5)  30 a 39 anos

**PERGUNTAS ESPECÍFICAS DA ATIVIDADE POLICIAL**

- 8) Você acha importante para sua atividade policial a integração das informações das polícias e o georreferenciamento das ocorrências registradas pela Polícia Civil e atendidas pela Polícia Militar?  
 8.1)  Sim      8.2)  Não
- 9) Ao registrar uma ocorrência policial você informa o local e horário exato do crime, inclusive com o perímetro do mesmo, dados da vítima e acusado, bem como outras informações que você julga úteis para a elucidação do fato?  
 9.1)  Sim      9.2)  Não
- 10) Você dispõe de algum equipamento pessoal ou de propriedade do Estado para acesso via WEB das ocorrências georreferenciadas?  
 10.1)  Sim      10.2)  Não
- 11) Caso estas informações estejam disponíveis para livre consulta no futuro, no decorrer do seu turno de serviço, você as consultaria?  
 11.1)  Sim      11.2)  Não
- 12) Se Sim, que equipamento será utilizado? (**MÚLTIPLA ESCOLHA**)  
 12.1)  Computador    12.2)  Tablet    12.3)  Celular    12.4)  Outros: \_\_\_\_\_
- 13) Que tipo de atividade policial você desenvolve em sua Instituição?  
 13.1)  Pol. Ostensivo em OPM      13.3)  Pol. Investigativo      13.5)  Outros: \_\_\_\_\_  
 13.2)  Atvd. Adm. em OPM      13.4)  Reg. Oc. em DPC

---

## CAPÍTULO 3

### Considerações Finais e Recomendações

---

#### 3.1. Considerações Finais

Considerando que este trabalho teve como objetivo geral avaliar se a integração das ocorrências das polícias civil e militar, mediante a unificação do banco de dados, com a utilização de mapas criminais georreferenciados, na plataforma *web*, via *google maps*, melhorou a gestão policial no âmbito da 5ª AISP, pode-se concluir que alcançou-se tal objetivo, haja vista que restou comprovada a viabilidade do projeto-piloto, que resultou na confecção de um Procedimento Operacional Padrão (POP) (Apêndice B), no qual foi descrito todo o processo de elaboração do mapa criminal, bem como que tanto os gestores do policiamento do bairro do Guamá, quanto os policiais que atuam na ponta do sistema passaram a ter acesso às informações sobre a criminalidade no seu local de atuação, antes de iniciarem suas jornadas de trabalho.

O acesso aos dados integrados das ocorrências pelos policiais que atuam nas ruas, no âmbito da 5ª AISP, passou a ocorrer em dois momentos distintos, haja vista que ao iniciar o turno de serviço, durante a palestra diária dos gestores acerca das missões e ordens do dia, os gestores analisam e discutem os mapas criminais com todo o efetivo, direcionando os esforços para as áreas mais críticas, porém, como o mapa georreferenciado também é enviado para cada policial, via e-mail, fica disponibilizado o acesso durante a jornada de trabalho, via celular ou tablet, por exemplo. Desta forma o policial pode esclarecer uma dúvida, checar uma informação sobre um acusado, realizar um pós-atendimento a uma vítima para colher informações adicionais sobre um delito, etc. Esta possibilidade constitui-se num diferencial entre o policiamento moderno, proativo e àquele modelo eminentemente reativo característico de polícias mais atrasadas.

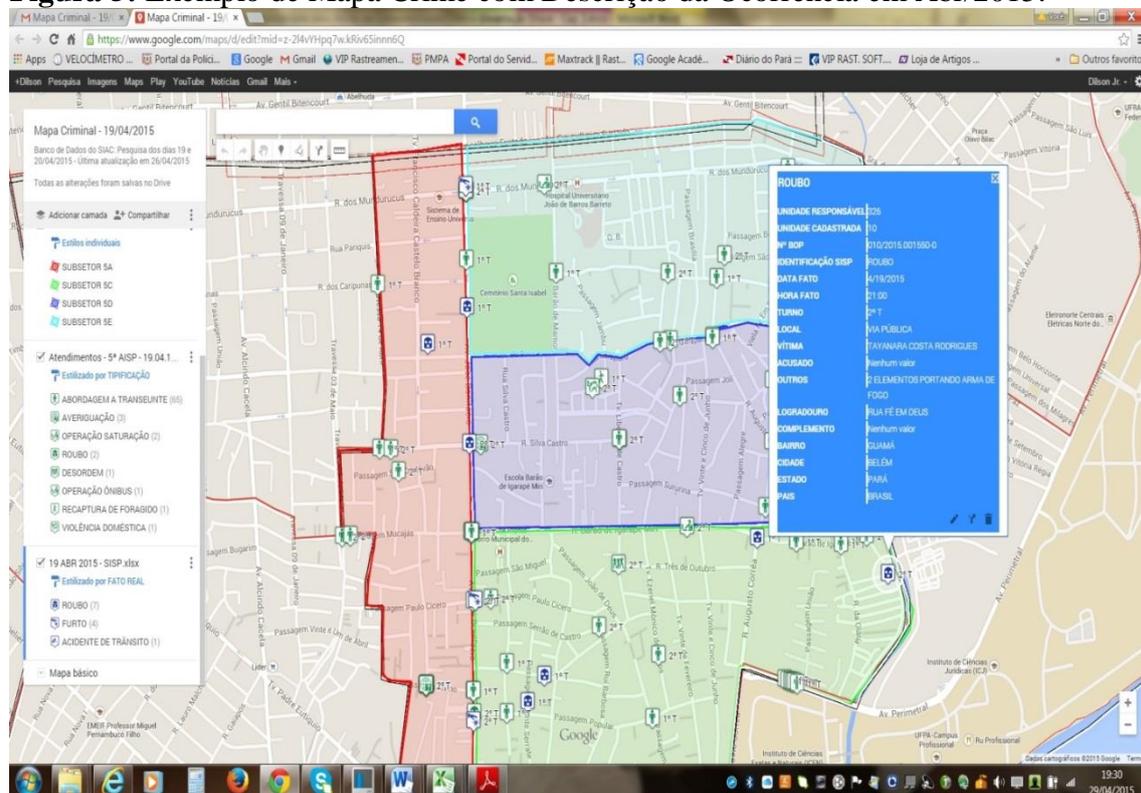
Para aferir a opinião dos policiais civis e militares sobre a novidade implementada em caráter experimental durante o ano de 2014, na área da 5ª AISP, foi elaborado e aplicado um questionário (Apêndice A) que revelou a grande receptividade (100%) pela utilização do mapa criminal como meio para aumentar a produtividade operacional das polícias e ainda revelou a intenção de acessar diariamente o banco de dados georreferenciado para entender melhor a dinâmica do crime na área circunscricional (100%), considerando-se que a maioria dos entrevistados (71,43%) dispõe de equipamento com capacidade de permitir este acesso, bem como que dos que responderam que possuem equipamento para realizar o acesso, o percentual por equipamento foi o seguinte: Computador (41,66%), Smartphone (Celular) (30,56%) Tablet (27,78%).

Quanto ao referencial teórico a pesquisa revelou que a idéia de utilizarem-se mapas criminais, identificando-se os *hot spots* ou “pontos quentes” da criminalidade de determinada área ou bairro remonta à França no século XVIII (WEISBURG; MCEWEN, 1998), logo, não é nenhuma novidade a aplicabilidade dessa metodologia à segurança pública, contudo, mesmo demonstrando que outros Estados da Federação já utilizam esta técnica há algum tempo e têm alcançado bons resultados como é o caso de Santa Catarina (BORNHOFEN; TENFEN, 2009), São Paulo (NOURANI et al. 2011) e Paraná (BORDIN; LIMA, 2012), entre outros, procurou-se propor uma utilização da técnica que conseguisse integrar tanto os dados da PCPA, registrados pelo SISP, quanto os dados de ocorrências atendidas pela PMPA, registrados em BAPM, fato este que diferencia esta pesquisa das demais referenciadas.

A importância de planejar ações e operações com base de dados integrados, contemplando as ocorrências de ambas as polícias estaduais é fundamental para o sucesso operacional, pois segundo o estudo de Lima (2013) as decisões no que tange às políticas de segurança pública são tomadas exclusivamente como base nas estatísticas do SISP (PCPA), o que segundo estudo realizado por Ramos *et al.* (2010) a subnotificação em Belém, com relação ao SISP é superior à 92%, logo é pouco provável que ações preventivas contra o crime surtam o efeito esperado se o diagnóstico da realidade é incompleto, por esse motivo entende-se que o georreferenciamento por mapa criminal que integre as ocorrências da PMPA e da PCPA é um avanço no âmbito da segurança pública, não só no Pará, mas também em todo o país.

O mapa criminal georreferenciado da 5ª AISP é fruto de um trabalho sério e dedicado e tem o condão de dotar o policial de todas as informações sobre sua área de atuação. A interação com o mapa diário, acessando-o remotamente via *web*, por um *smartphone*, por exemplo, trouxe uma possibilidade ímpar aos policiais que loboram no bairro do Guamá, na medida em que as ações criminosas dos meliantes estarão disponíveis para consulta a qualquer tempo e esta facilidade poderá resultar no aumento da produtividade operacional das polícias e no aumento da motivação dos agentes públicos para a redução da criminalidade em geral, conforme se vê a seguir (Figura 05).

**Figura 5:** Exemplo de Mapa Crime com Descrição da Ocorrência em Abr/2015.



**Fonte:** SOUZA JÚNIOR, Abr, 2015.

Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para que os gestores em segurança pública adotem este procedimento de integração da produtividade operacional das polícias, erradicando para sempre o que relatou Lima (2013), acerca do fato de que o policial inicie sua atividade operacional, diariamente, sem ter conhecimento dos locais de maior incidência criminal, dos meliantes que estão praticando crimes no bairro, os dias da semana e horários mais críticos, enfim toda e qualquer informação que o possibilite estar atuando cada vez mais proativamente e menos de forma reativa.

Por derradeiro sugere-se que ao Governo do Estado, por meio da PMPA e da PCPA que este estudo possa ser aperfeiçoado, aplicado, multiplicado e replicado em todos os 144 municípios do Estado do Pará, tornando seus colaboradores civis e militares cada vez mais capacitados para enfrentar o crime e com isso prestar um serviço público de qualidade à sociedade paraense.

### 3.2. Recomendações

Para trabalhos futuros recomenda-se:

*i)* Estudos para a implantação de um banco de dados unificado, contemplando tanto as ocorrências atendidas pela PMPA, quanto registradas pela PCPA, de modo a facilitar o georreferenciamento destes dados e possibilitar o acesso aos profissionais da área;

*ii)* Realizar um estudo etnográfico para avaliar a importância do preenchimento correto da base de dados pelos policiais militares e civis que utilizam o mapa criminal;

*iii)* Realizar pesquisas que possibilitem avaliar automaticamente, por meio de programa informatizado, a produtividade operacional individual dos policiais que atuam na AISP, de modo a estabelecer critérios de meritocracia para ascensão funcional, indicação para cursos de aperfeiçoamento e demais condecorações inerentes à profissão;

*iv)* Estudos que viabilizem a inclusão da técnica do mapeamento criminal, por meio do *google maps*, na matriz curricular dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais civis e militares, para a difusão da prática em todo o Estado do Pará.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. H. Nova Polícia: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. H. Policiamento Comunitário. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- BEATO FILHO, C. C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, 1999.
- BEATO FILHO, C. C. Reinventando a Polícia: a Implementação de um Programa de Policiamento Comunitário. Belo Horizonte: CRISP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, mimeograf. 2001.
- BELLI, B. Polícia, “Tolerância Zero” e Exclusão Social. Revista Novos Estudos – CEBRAP. São Paulo - SP ed. 58 – Nov, 2000.
- BORDIN, M.; LIMA, R. P. Mapeamento do Crime e Análise Criminal: a experiência do Estado do Paraná. Revista Geografares – UFES, n.10, p. 156-175, 2012.
- BORNHOFEN, P. R.; TENFEN, E. Mapeamento Criminal por meio da Ferramenta Google Maps. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ago/Set, 2009.
- BRASIL – Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2007.
- CARBONELL, J. M. C. O Programa Brigada Orienta. Mar, 2014.
- DINIZ, A. M. A. & RIBEIRO, J.G.P. Violência urbana nas cidades médias mineiras: determinantes e implicações. Revista Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 77-103, jul/dez, 2005.
- ECK, J.; SPELMAN, W. Problem Solving: Problem-oriented Policing in Newport News, Washington, DC, Police Executive Research Forum, 1987.
- GAWRYSZEWSKI, V. P.; COSTA, L. S. Homicídios e Desigualdades Sociais no Município de São Paulo. Revista Saúde Pública, v. 39, n. 2, p. 191-197, 2005.
- LIMA, H. T. P. Gestão das Estatísticas Criminais na Polícia Militar do Pará: novo paradigma do policiamento moderno e seus reflexos no planejamento operacional. 2013.

81 f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2013.

MOORE, M. H. Policiamento Comunitário e Policiamento para a Solução de Problemas. In: MORRIS, N; TONRY, M. (Orgs.). Policiamento Moderno. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p.115-175, 2003.

NOURANI, Farid; CARNEIRO, Maria Cecília V. Saenz; FREITAS, Maria Isabel Castreghini. Tecnologias de Informação Geográfica no Apoio à Tomada de Decisão em Políticas Públicas de Controle da Violência. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/ Marília – SP, ed. 8, dez/2011.

OLIVEIRA NETO, S. B. de. Vinho velho em odres novos: uma análise da experiência de integração da segurança pública no Pará (1995 – 2004). 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal Fluminense – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2004.

RAMOS, E.M.L.S. ; ARAÚJO, A.R. ; SOUZA, C.R.B. ; TOMA, M.Y. ; ALMEIDA, S.S. ; GARCEZ, A.C.A. ; REIS, C. P. ; CARVALHO, D.C.O. ; FERREIRA, F.J.H. ; SANTOS, F. H. M. ; LEÃO, G.S.A. ; RIBEIRO, J.C. ; ALBUQUERQUE, J.I.S. . Pesquisa Amostral Realizada na Região Metropolitana de Belém - Publicado na Fundação Biblioteca Nacional - Ministério da Cultura - Escritório de Direitos Autorais; Número do Registro: 493.455; Livro: 933; Folha: 38; Protocolo do Requerimento: 2010\_11; 74 Páginas. 2010.

REMÉDIOS, M. A. R. Criminalidade e urbanização: estudo das relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2013.

ROLIM, M. A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SÃO PAULO. GOVERNO-SP, Lei 9.155 de 15 de maio de 1995 de São Paulo. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/173878/lei-9155-95-sao-paulo-sp>. Acesso em maio/2013.

SCHELAVIN, J. I. Sistema de informações georreferenciadas aplicado à prevenção do crime na cidade de Chapecó. Monografia (Especialização em Prevenção ao Crime). Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, 2003.

SOARES, L. E. Segurança tem saída. Rio de Janeiro: Sextante, p. 136, 2006.

SOUZA, Elenice Avaliação do Policiamento Comunitário em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) FACIFH, UFMG. BRASIL, 1999.

WEISBURD, D.; MARTROFSKI, S.; GREENSPAN, R. Compstat and Organization Change. Washington, DC, Police Foundation, 2001.

WEISBURD, D.; MCEWEN, T. Crime Mapping and Crime Prevention. Monsey, NY: Criminal Justice Press, v.8, 1998.

ZALUAR, A. Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia? In: Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, p. 217-278, 2004.

---

## APÊNDICES

---

**Apêndice B:** POP N°001/2015/CPC/PMPA – Mapa Criminal Georreferenciado 5ª AISP.

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO – POP N°001/2015/CPC/PMPA  
ELABORAÇÃO DE MAPAS CRIMINAIS GEORREFERENCIADOS COM BASE  
EM BANCO DE DADOS INTEGRADO DAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS DA  
PMPA (BAPM) E PCPA (SISP)

### ATIVIDADES CRÍTICAS

1. Elaborar um Banco de Dados que possibilite a criação de Mapas Criminais.
2. Analisar de forma crítica as informações contidas nos BAPM's e SISP Operacional Internet.
3. Utilizar a ferramenta gratuita via web denominada Google Maps para elaborar Mapas Criminais diários, mensais e anuais de forma clara e concisa com a finalidade de integrar as ocorrências das polícias civil e militar no mesmo banco de dados e de forma georreferenciada.

### TUTORIAL PARA CRIAÇÃO DE MAPAS CRIMINAIS

A Figura 1 mostra os passos de criação da Base de Dados que alimentarão as informações do Mapa. Para elaborar o mapa siga os passos abaixo:

#### **1. Criar Base de Dados**

- (i) Elaborar tabela relacional.
- (ii) Criar tabela anual.
- (iii) Formatação simples
- (iv) Fonte Arial, normal;
- (v) Texto MAIÚSCULAS;

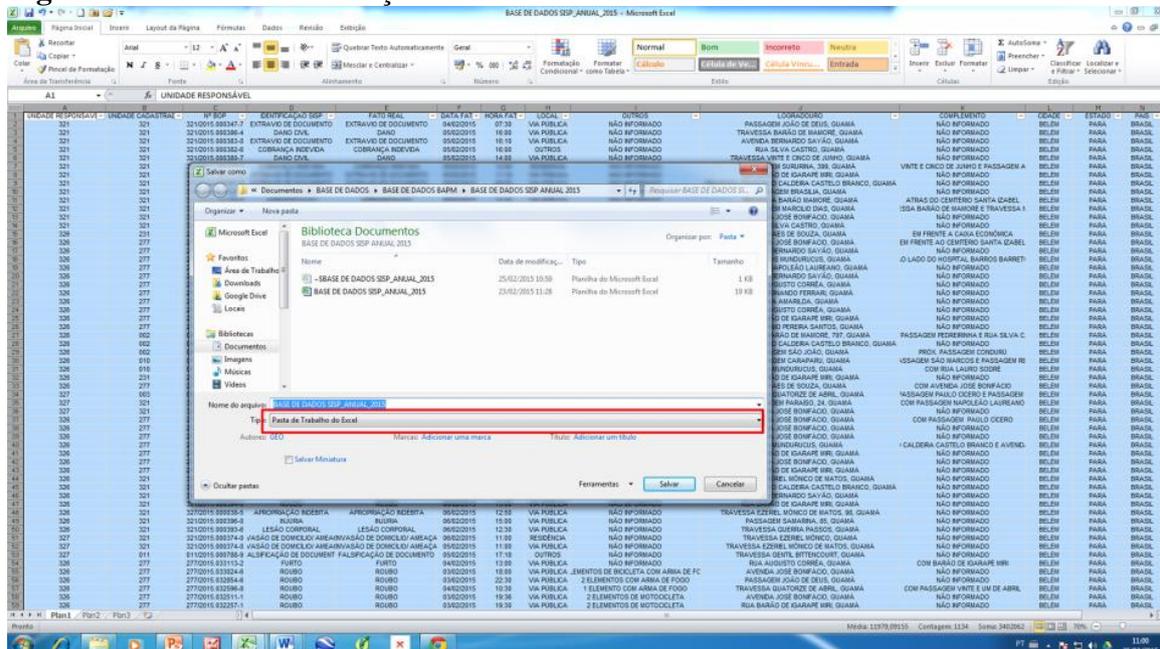
- (vi) Tamanho da Fonte 12;
- (vii) Preenchimento: Sem preenchimento;
- (viii) Bordas: Sem bordas.
- (ix) Alinhamento: Alinhar ao meio, Centralizar;
- (x) Formato de Número: Geral.

**Figura 1:** Passos Para criação da Base de Dados do Mapa.



Posteriormente a isso, é necessário salvar o arquivo no formato .xlsx (Pasta de Trabalho do Excel) (Figura 2).

**Figura 2:** Passos Para a Criação da Pasta de Trabalho Excel no Formato .xlsx.



É necessário também determinar os atributos (número de colunas da tabela). Os atributos correspondem as variáveis, aos assuntos de interesse. Além disso, deve-se



(vii) PELOTÃO: Fundamental para se identificar o pelotão a que pertence a guarnição que atendeu a ocorrência. Geralmente cada CIA é composta por quatro pelotões (A, B, C e D);

(viii) GU: Fundamental para se identificar os policiais que efetivamente atenderam a ocorrência. Essa identificação facilita a contabilização de pontuação de produtividade e avaliação individual no sistema de meritocracia;

(ix) TURNO: 1º turno – (08:00h às 20:00h); 2º turno – (20:00h às 08:00h);

(x) BPM/AISP/Cia: Identificação completa da unidade que atendeu a ocorrência, por exemplo: 20BPM/ 5ª AISP / 3ª CIA;

(xi) DESCRIÇÃO DO FATO: É a descrição da situação vivenciada no local do fato com as próprias palavras do PM que atendeu à ocorrência;

(xii) VÍTIMA: Identificação completa com nome, endereço, identidade e telefone de contato;

(xiii) ACUSADO: Identificação completa com nome, endereço, identidade e telefone de contato;

(xiv) LOGRADOURO: É a rua principal onde se deu a ocorrência. Exemplo: Av. José Bonifácio, nº 1382;

(xv) COMPLEMENTO: Demais informações que facilitam o georreferenciamento, tais como o perímetro, por exemplo: entre Rua dos Pariquis e Rua dos Caripunas;

(xvi) CIDADE: Belém.

(xvii) ESTADO: Pará

(xviii) PAÍS: Brasil.

## 1.2. Atributos para o SISP - PCPA

(i) UNIDADE RESPONSÁVEL: Delegacia/Unidade responsável pelos fatos ocorridos na sua circunscrição;

(ii) UNIDADE CADASTRADA: Delegacia/Unidade onde o cidadão registrou a ocorrência;

(iii) N° BOP (Número do Boletim de Ocorrência Policial): Número que identifica a ocorrência cadastrada de forma única;

(iv) TIPIFICAÇÃO SISP: Forma como as ocorrências são cadastradas pela autoridade policial ou pelo próprio cidadão através da Delegacia Virtual;

(v) FATO REAL: Depende da análise do pesquisador, visto que, algumas ocorrências cadastradas apresentam erro de tipificação;

(vi) DATA DO FATO: Dia exato que o fato ocorreu.

(vii) HORA DO FATO: Hora exata que o fato ocorreu.

(viii) TURNO: 1º turno – (08:00h às 20:00h); 2º turno – (20:00h às 08:00h).

(ix) LOCAL DO FATO: Refere-se ao local que o fato ocorreu (residência, via pública, transporte coletivo, etc.);

(x) OUTRAS INFORMAÇÕES: são elementos adicionais que chegaram ao conhecimento da autoridade policial.

(xi) LOGRADOURO: É a rua principal onde se deu a ocorrência. Exemplo: Av. José Bonifácio, nº 1382.

(xii) COMPLEMENTO: demais informações que facilitam o georreferenciamento, tais como o perímetro, por exemplo: entre Rua dos Pariquis e Rua dos Caripunas

(xiii) CIDADE: Belém.

(xiv) ESTADO: Pará.

(xv) PAÍS: Brasil.

(xvi) OBSERVAÇÕES: A tabela deve conter obrigatoriamente os atributos: LOGRADOURO, COMPLEMENTO, CIDADE, ESTADO E PAÍS.

### 1.3. Inserir Registros (registros = número de linhas) na tabela anual

**Figura 4:** Exemplo de Atributos: logradouro, complemento, cidade, estado, país.

	N1	K	L	M	N	O	P	Q	R	S
		LOGRADOURO	VÍTIMA	ACUSADO	LOGRADOURO	COMPLEMENTO	BARRO	CIDADE	ESTADO	PAÍS
1	1	ERO SIV, GUAMÁ, ENCONTRAVA-SE EM ATITUDE SUSP	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	AVENIDA JOSÉ BONFACIO, GUAMÁ	RÓXIMO A PASSAGEM SANTA FI	GUAMÁ	BELÉM	PARÁ	BRASIL
2	2	TRAMTA NA JUSTIÇA. OS ENVOLVIDOS RESOLVERAM A DO NASCIMENTO MACIEL, RESIDENTE NA TRAVESSA BARÃO DE MAMORÉ, 08, GUAMÁ	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	TRAVESSA BARÃO DE MAMORÉ, 08, GUAMÁ	RÓXIMO A PASSAGEM PEDREIRINH	GUAMÁ	BELÉM	PARÁ	BRASIL
3	3	O CRISTÓVÃO, 1047, GUAMÁ, ENCONTRAVA-SE EM ATI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	TRAVESSA TRÊS DE MAIO, GUAMÁ	COM PASSAGEM MUCAJÁS	GUAMÁ	BELÉM	PARÁ	BRASIL
4	4	BOBADO EM VIA PÚBLICA. FOI SOLICITADO O APOIO DN DA SILVA CARDOZO, RESIDENTE NA PASSAGEM SANTA MAR	NÃO SE APLICA	NÃO IDENTIFICADO	TRAVESSA QUATORZE DE ABRIL, GUAMÁ	COM PASSAGEM PAULO CICERC	GUAMÁ	BELÉM	PARÁ	BRASIL
5	5	A. BQ, GUAMÁ, ENCONTRAVA-SE EM ATITUDE SUSPEITA,	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	AVENIDA PERIMETRAL, GUAMÁ	1 FRENTE AO 2º PORTÃO DA UFI	GUAMÁ	BELÉM	PARÁ	BRASIL
6	6	VA-SE EM ATITUDE SUSPEITA AS PROXIMIDADES DA CC	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	AVENIDA PERIMETRAL, GUAMÁ	EM FRENTE AO RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM	PARÁ	BRASIL
7	7	FORMOU QUE SEU NAMORADO TENTOU AGREDI-LA. MARIA SANTOS, RESIDENTE NA PASSAGEM ALVINO, 485, GUAMÁ	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	TRAVESSA FRANCISCO CALDEIRA CASTELO BRANCO,	GUAMÁ TRAVESSA QUATORZE DE AB	GUAMÁ	BELÉM	PARÁ	BRASIL
8	8	VAH JUMPER PLACA JV00042, APÓS ABORDAGEM IAD	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	TRAVESSA BARÃO DE MAMORÉ, GUAMÁ	1 PASSAGEM NAPOLEÃO LAURE	GUAMÁ	BELÉM	PARÁ	BRASIL



### 1.5.1. Filtrar atributo DATA DO FATO (Figura 7) e em seguida a Tabela filtrada pela data do fato (Figura 8)

Figura 7: Exemplo de filtro do atributo DATA DO FATO.

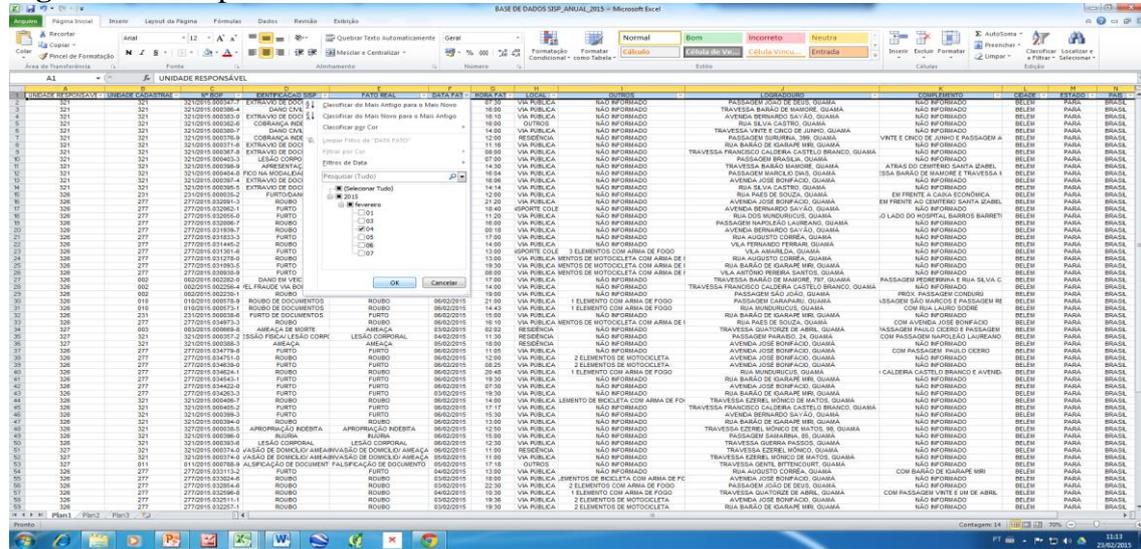
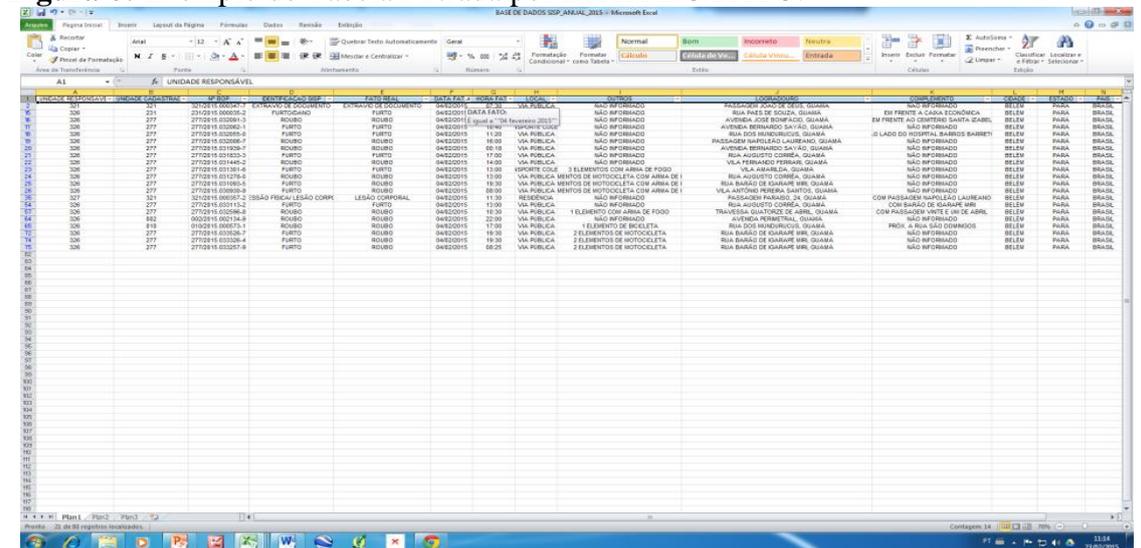


Figura 8: Exemplo de Tabela Filtrada por DATA DO FATO.



### 1.5.2. Criar novo documento para a TABELA DIÁRIA

Figura 9: Criar Novo Documento para Tabela Diária.

UNIDADE RESPONSÁVEL	Nº BOP	IDENTIFICAÇÃO SSP	FAZTO REAL	DATA FAT	ROBA FAT	LOCAL	OUTROS	LOGRADOURO	COURTUBENO	Cidade	Estado	País
321	321	3210291800004-7	EXTRAVIO DE DOCUMENTO	04/02/2015	87,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM JOÃO DE DEUS, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	321	2102918000006-2	FURTO/ROUBO	04/02/2015	12,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	RUA PAZ DE SOUZA, GUAMA	EM FRENTE A CASA ECONOMICA	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803288-1	FURTO	04/02/2015	21,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	AVENIDA JOSE BONIFACIO, GUAMA	EM FRENTE A CAMPEIRO SANTA CAROL	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803290-1	FURTO	04/02/2015	18,40	ESPORTE COLE	NÃO INFORMADO	AVENIDA BERNARDO SAUVÁO, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803298-7	ROUBO	04/02/2015	19,90	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM MARCELO LAUREANO, GUAMA	0 LADO DO HOSPITAL BARROS BARRETI	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803300-4	ROUBO	04/02/2015	11,20	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	AVENIDA BERNARDO SAUVÁO, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803303-2	ROUBO	04/02/2015	17,00	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	RUA AUGUSTO CORREA, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803304-2	ROUBO	04/02/2015	14,90	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	VIA FERNANDO FERREAS, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803305-8	FURTO	04/02/2015	13,90	ESPORTE COLE	3 ELEMENTOS COM ARMA DE FOGO	VIA AMARILDA, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803306-6	ROUBO	04/02/2015	19,30	VIA PÚBLICA	METROS DE MOTOCICLETA COM ARMA DE F	RUA AUGUSTO CORREA, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803307-5	FURTO	04/02/2015	11,30	RESERVA	NÃO INFORMADO	RUA BARÃO DE GARIBAY MR, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	321	3210291800000-2	LESÃO CORPORAL	04/02/2015	11,30	RESERVA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM MARCELO LAUREANO, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	321	2770291803311-2	FURTO	04/02/2015	22,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	RUA AUGUSTO CORREA, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	321	2770291803312-2	FURTO	04/02/2015	12,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	TRAVESSA QUATRO DE ABRI, GUAMA	COM PASSAGEM VERE E DE ABRI	BELEM	PARA	BRASIL
326	302	8020291802144-8	ROUBO	04/02/2015	22,90	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	AVENIDA PERIMETRAL, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	193	0020291800075-1	ROUBO	04/02/2015	17,90	VIA PÚBLICA	1 ELEMENTO DE BIQUETA	RUA DOS BONDORQUES, GUAMA	COM PASSAGEM VERE E DE ABRI	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803326-7	FURTO	04/02/2015	19,50	VIA PÚBLICA	2 ELEMENTOS DE MOTOCICLETA	RUA BARÃO DE GARIBAY MR, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803328-4	FURTO	04/02/2015	19,30	VIA PÚBLICA	2 ELEMENTOS DE MOTOCICLETA	RUA BARÃO DE GARIBAY MR, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803327-8	FURTO	04/02/2015	88,20	VIA PÚBLICA	2 ELEMENTOS DE MOTOCICLETA	RUA BARÃO DE GARIBAY MR, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL

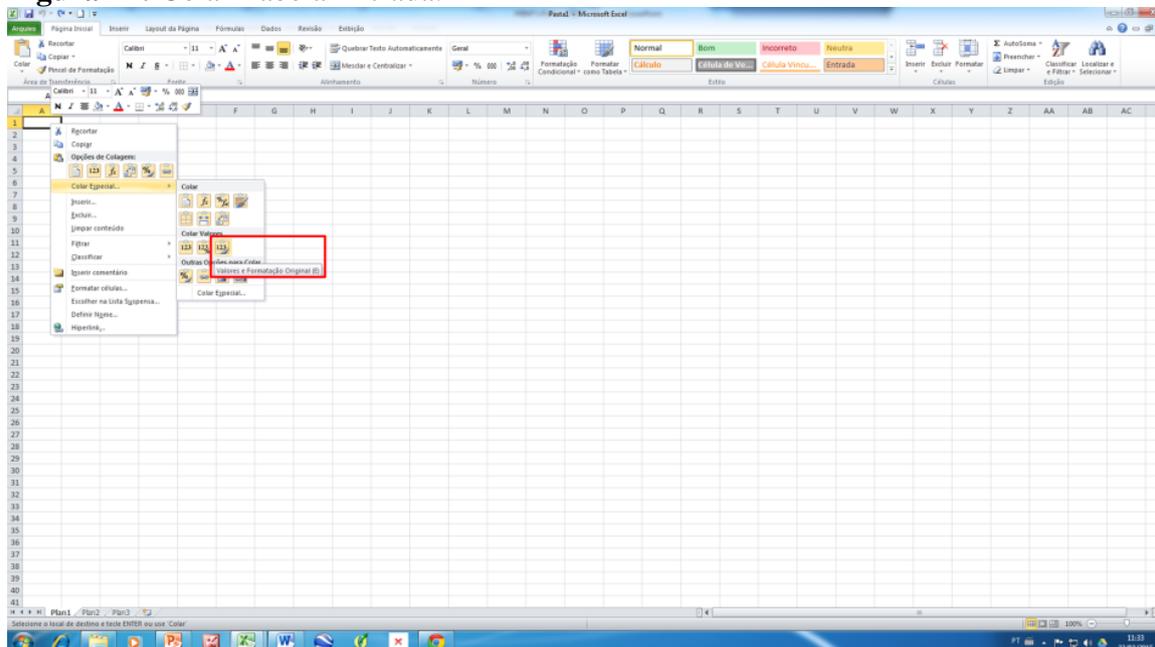
### 1.5.3. Copiar a tabela filtrada do Banco de Dados Anual

Figura 10: Copiar Tabela para criar um novo Documento.

UNIDADE RESPONSÁVEL	Nº BOP	IDENTIFICAÇÃO SSP	FAZTO REAL	DATA FAT	ROBA FAT	LOCAL	OUTROS	LOGRADOURO	COURTUBENO	Cidade	Estado	País
321	321	3210291800004-7	EXTRAVIO DE DOCUMENTO	04/02/2015	87,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM JOÃO DE DEUS, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	321	2102918000006-2	FURTO/ROUBO	04/02/2015	12,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	RUA PAZ DE SOUZA, GUAMA	EM FRENTE A CASA ECONOMICA	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803288-1	FURTO	04/02/2015	21,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	AVENIDA JOSE BONIFACIO, GUAMA	EM FRENTE A CAMPEIRO SANTA CAROL	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803290-1	FURTO	04/02/2015	18,40	ESPORTE COLE	NÃO INFORMADO	AVENIDA BERNARDO SAUVÁO, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803298-7	ROUBO	04/02/2015	19,90	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM MARCELO LAUREANO, GUAMA	0 LADO DO HOSPITAL BARROS BARRETI	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803300-4	ROUBO	04/02/2015	11,20	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	AVENIDA BERNARDO SAUVÁO, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803303-2	ROUBO	04/02/2015	17,00	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	RUA AUGUSTO CORREA, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803304-2	ROUBO	04/02/2015	14,90	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	VIA FERNANDO FERREAS, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803305-8	FURTO	04/02/2015	13,90	ESPORTE COLE	3 ELEMENTOS COM ARMA DE FOGO	VIA AMARILDA, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803306-6	ROUBO	04/02/2015	19,30	VIA PÚBLICA	METROS DE MOTOCICLETA COM ARMA DE F	RUA AUGUSTO CORREA, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803307-5	FURTO	04/02/2015	11,30	RESERVA	NÃO INFORMADO	RUA BARÃO DE GARIBAY MR, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	321	3210291800000-2	LESÃO CORPORAL	04/02/2015	11,30	RESERVA	NÃO INFORMADO	PASSAGEM MARCELO LAUREANO, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	321	2770291803311-2	FURTO	04/02/2015	22,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	RUA AUGUSTO CORREA, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	321	2770291803312-2	FURTO	04/02/2015	12,30	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	TRAVESSA QUATRO DE ABRI, GUAMA	COM PASSAGEM VERE E DE ABRI	BELEM	PARA	BRASIL
326	302	8020291802144-8	ROUBO	04/02/2015	22,90	VIA PÚBLICA	NÃO INFORMADO	AVENIDA PERIMETRAL, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	193	0020291800075-1	ROUBO	04/02/2015	17,90	VIA PÚBLICA	1 ELEMENTO DE BIQUETA	RUA DOS BONDORQUES, GUAMA	COM PASSAGEM VERE E DE ABRI	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803326-7	FURTO	04/02/2015	19,50	VIA PÚBLICA	2 ELEMENTOS DE MOTOCICLETA	RUA BARÃO DE GARIBAY MR, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803328-4	FURTO	04/02/2015	19,30	VIA PÚBLICA	2 ELEMENTOS DE MOTOCICLETA	RUA BARÃO DE GARIBAY MR, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL
326	277	2770291803327-8	FURTO	04/02/2015	88,20	VIA PÚBLICA	2 ELEMENTOS DE MOTOCICLETA	RUA BARÃO DE GARIBAY MR, GUAMA	NÃO INFORMADO	BELEM	PARA	BRASIL

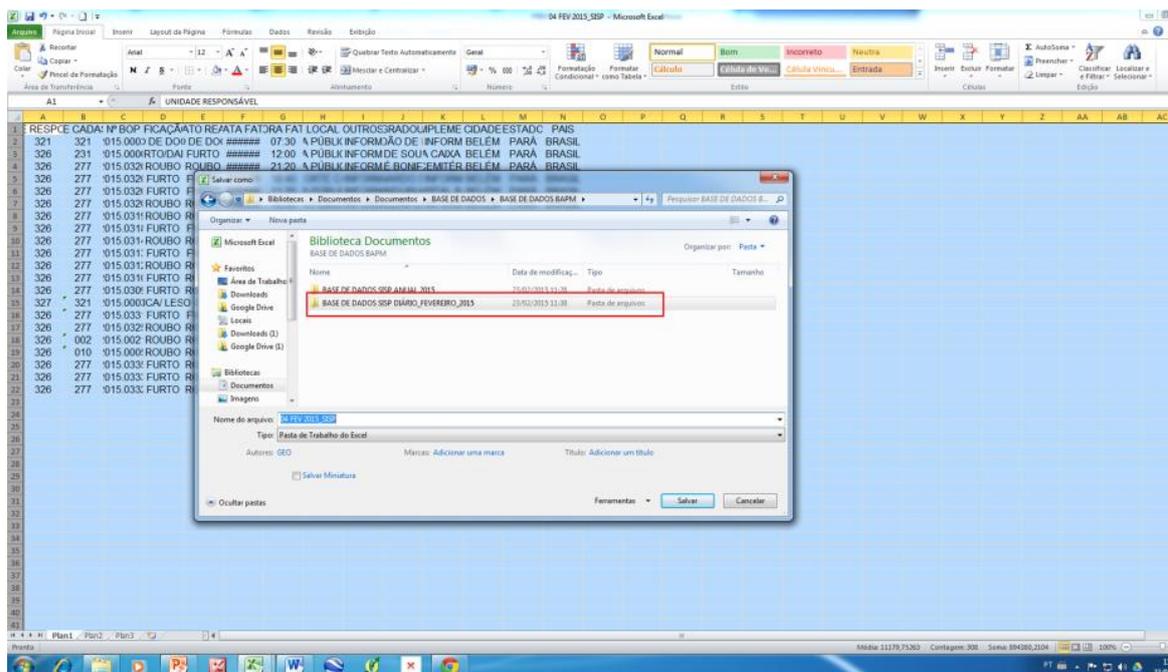
### 1.5.4. Colar a tabela filtrada para a TABELA DIÁRIA

**Figura 11:** Colar Tabela Filtrada.

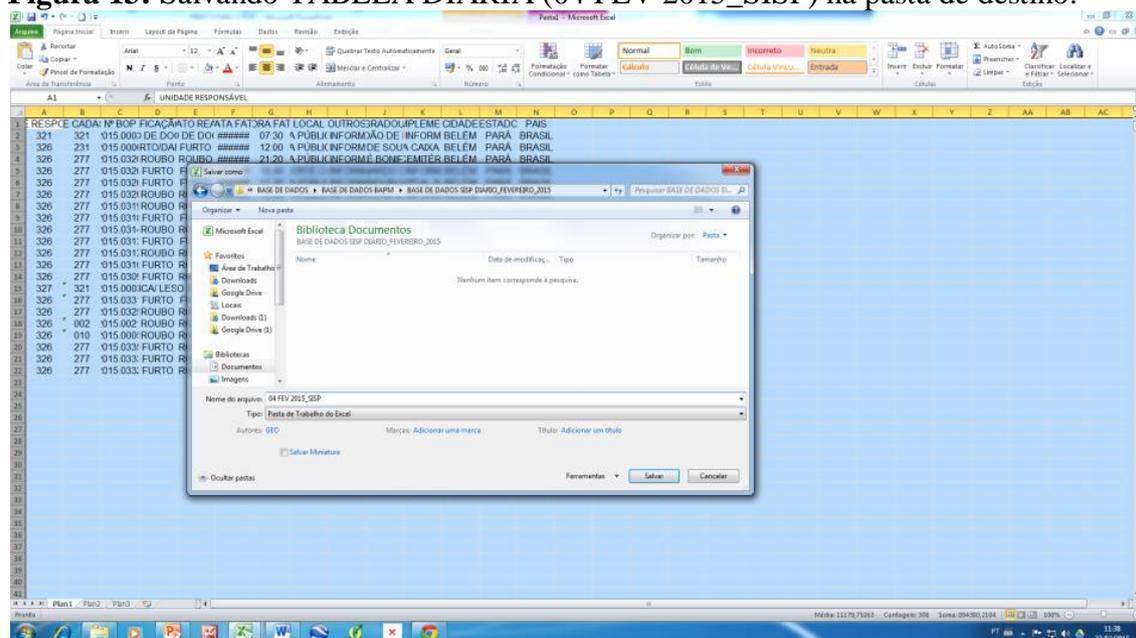


### 1.5.5. Salvar a TABELA DIÁRIA na pasta de destino (Figuras 12 e 13).

**Figura 12:** Exemplo de Pasta de destino: BASE DE DADOS SISP DIÁRIO FEVEREIRO 2015.



**Figura 13:** Salvando TABELA DIÁRIA (04 FEV 2015\_SISP) na pasta de destino.



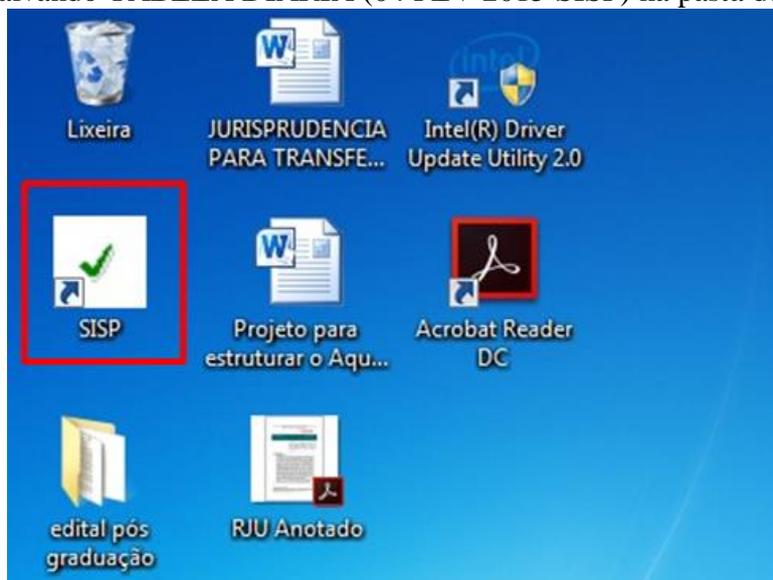
## 1.6. Pesquisar e filtrar informações nos BAPM's e no SISP Operacional Internet

- (i) Pesquisa e filtro das informações dos BAPM's, em seguida selecionar os BAPM dos dois turnos de serviço;
- (ii) Pesquisa e filtro das informações dos SISP Operacional Internet, em seguida filtrar os dados do SISP que contemplem os dois turnos de serviço.

## 1.7. LOGIN NO SISP

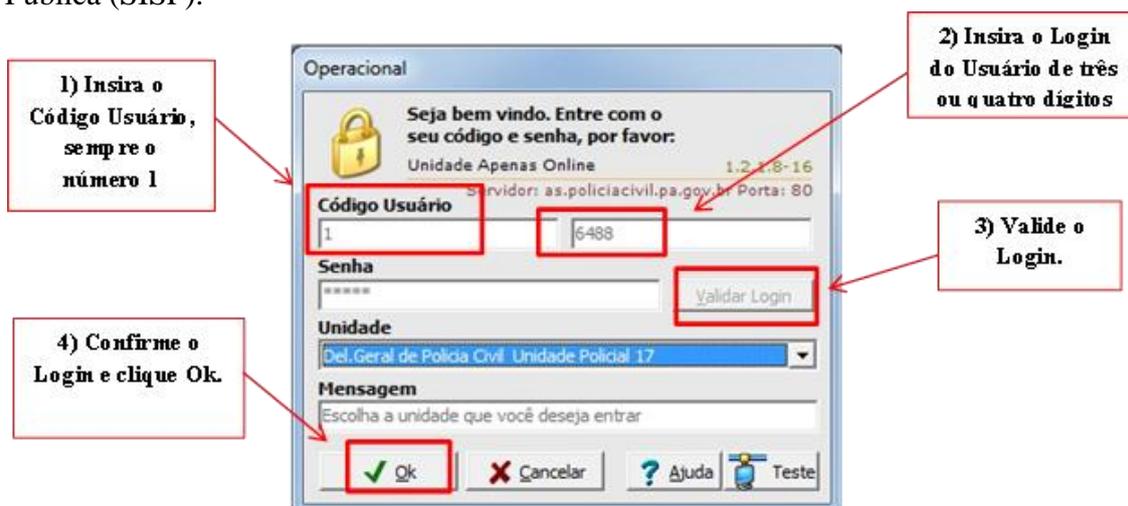
Para logar no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), execute o programa SISP localizado na área de trabalho do Computador. (Figura 14).

**Figura 14:** Salvando TABELA DIÁRIA (04 FEV 2015 SISP) na pasta de destino.



Em seguida, insira os dados pessoais do usuário (Figura 15).

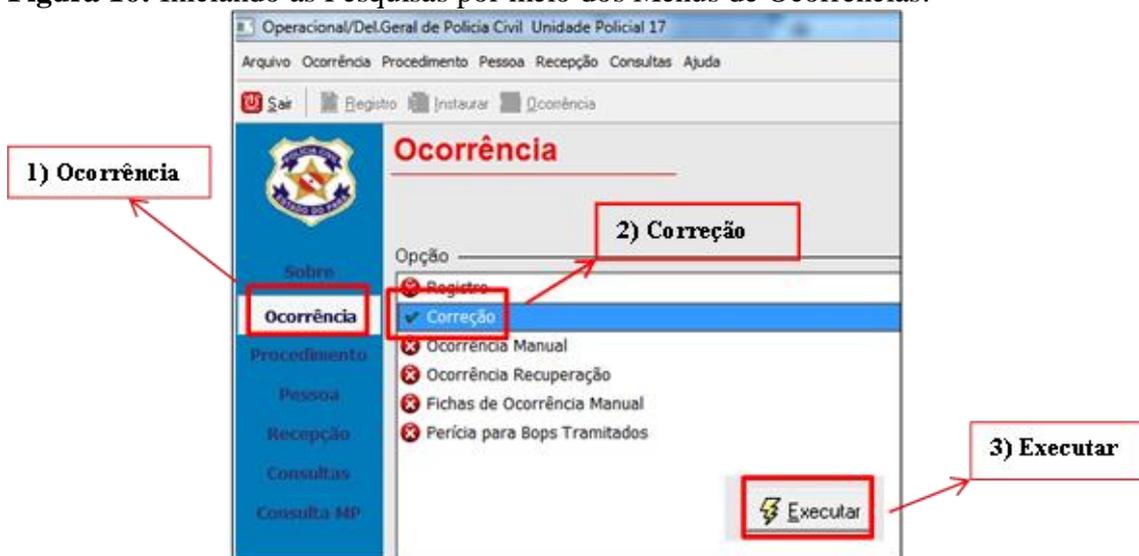
**Figura 15:** Inserindo Dados Pessoais do Usuário no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).



## 1.8. AMBIENTE VIRTUAL DO SISP

Após entrar no ambiente virtual do Sisp, inicie suas pesquisas, por meio dos menus Ocorrência e Correção, respectivamente e, por fim, clique em Executar (Figura 16).

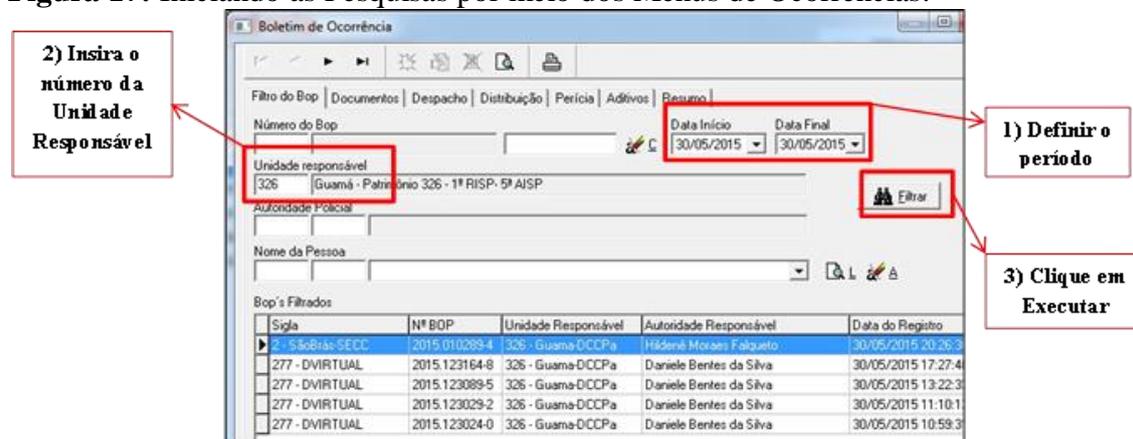
**Figura 16:** Iniciando as Pesquisas por meio dos Menus de Ocorrências.



## 1.9. ESTABELECENDO O FILTRO DE PESQUISA NO SISP

Para iniciar sua pesquisa das ocorrências policiais, defina o período, insira o número da Unidade Responsável (Delegacia) e clique em Filtra (Figura 17).

**Figura 17:** Iniciando as Pesquisas por meio dos Menus de Ocorrências.



## 1.10. ABRINDO UM BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL (BOP)

Centralize a barra de rolagem horizontal até a coluna Data do Registro e clique no botão Visualizar. (Figura 18)

**Figura 18:** Visualizando as Pesquisas por meio dos Menus de Ocorrências.

**2) Coluna Data do Registro**

**3) Botão Visualizar**

Data do Registro	Identificação	Atuação	Nome da Pessoa
30/05/2015 17:27:40	Roubo IP: 177.13.235.36	Relator	WILLIAM SOUSA SANTOS
30/05/2015 13:22:33	Furto IP: 189.82.39.141	Relator	Luciene Ferreira da Cruz
30/05/2015 11:10:13	Roubo IP: 177.177.205.176	Relator	Walber Costa Dias
30/05/2015 10:59:31	Furto IP: 177.194.189.78	Relator	VALDIMILSON NASCIME

**1) Barra de rolagem horizontal**

### 1.11. COLETANDO AS INFORMAÇÕES PARA INSERIR NA PLANILHA DO EXCEL

Clique no botão Fato para visualizar o N° do BOP, Data do Fato, Hora do Fato, Rua do Fato (principal), Complemento, o Bairro e insira as informações na planilha do Excel (Figura 19).

**Figura 19:** Visualizando as Informações da Ocorrência.

Consulta

Arquivo | Editar | Formatar | Navegar | Ajuda

Unidade Responsável: **Guama-DCCPa / Guamá - Patrimônio 326 - 1ª RISP- 5ª AI** No.BOP: **2/2015.010289-4**

Identificação | **Fato** | Relato | Enquadramento | Pessoas | Estatística | Objetos do Ilícito | Apreensão | Instrumentos

**Data do Fato** | **Hora do Fato**

30/05/2015 | 18:30:36

**Data de Registro** | **Hora de Registro**

30/05/2015 | 20:26:36

Controles do BOP

É um BOP de Apresentação?

Bop relata vítimas Fatais? (Pode ser Vítima ou Suspeito)

Vai Instaurar Procedimento na própria Unidade?

Endereço do Fato

Localidade do Fato

45 | Relém

**Bairro do Fato**

60 | Guamá

**Rua do Fato (Principal)**

3264 | Penitenciar, Avenida - de 5006/5007 ao fim

Rua do Fato (Secundária)

Complemento

Fundos

Perímetro

Clique no botão Relato e visualize o Relato da Ocorrência e insira na planilha do Excel (Figura 20).

**Figura 20:** Visualizando o Relatório das Ocorrências Policiais.

Consulta

Arquivo Editar Formatar Navegar Ajuda

Unidade Responsável: **Guama-DCCPa / Guamá - Patrimônio 326 - 1ª RISP- 5ª AI** No.BOP: 2/2015.010289-4

Identificação | Fato | **Relato** | Enquadramento | Pessoas | Estatística | Objetos do Ilícito | Apreensão | Instrumentos

Ào digitar o relato do fato, é obrigatório que as seguintes questões sejam atendidas:

**O quê?**

**Quem?**

**Quando?**

**Como?**

O Cidadão acima identificado, comunica nesta Seccional que no dia e hora supra citado quando estava no terminal da UFPA, foi abordado por um elemento desconhecido que portando arma de fogo anunciou assalto lhe subtraindo sua bolsa contendo os seguintes documentos : RG, CARTEIRA DE NOME SOCIAL, CARTEIRA DA UFPA, CARTEIRA DE MEIA PASSAGEM e a quantia de R\$ 40,00. Ressalta que o elemento que lhe assaltou já é conhecido da área e o mesmo já é contumaz nessa prática naquele local. REGistra o fato e pede providencias. //

Clique no botão Enquadramento e visualize a Tipificação da Ocorrência e insira na planilha do Excel (Figura 21).

**Figura 21:** Visualizando a Tipificação das Ocorrências Policiais.

Arquivo Editar Formatar Navegar Ajuda

Unidade Responsável: **Guama-DCCPa / Guamá - Patrimônio 326 - 1ª RISP- 5ª**

Identificação | Fato | Relato | **Enquadramento** | Pessoas | Estatística | Objetos do Ilícito

Identificação do Fato  
ROUBO/WILLIAM SOUSA SANTOS

Especialização do Fato  
3 Crimes Contra o Patrimônio

Classe do Motivo Determinante  
6 Crimes Contra o Patrimônio

Motivo Determinante  
914 Roubo

Local da Ocorrência  
17 Via Pública

Meio Empregado  
1 Arma de Fogo

Causa Presumível  
3 Ambição

Grupo de Ocorrência  
89 Roubo Simples - caput

Sub Grupo de Ocorrência  
1 Consumado

Clique no botão Pessoas para visualizar o Nome da Vítima e Acusado (se houver) e insira na planilha do Excel. (Figura 9).

**Figura 22:** Visualizando o Nome das Vítimas e Acusado das Ocorrências Policiais.

The screenshot shows a software window titled 'Consulta' with a menu bar (Arquivo, Editar, Formatar, Navegar, Ajuda) and a toolbar. The main area displays a table with the following data:

Atuação	Tipo Pessoa	Nome	Sexo
Relator	Pessoa Física	WILLIAM SOUSA SANTOS	M
▶ Vítima	Pessoa Física	WILLIAM SOUSA SANTOS	M

## 1.12. Digitação de dados retirados dos BAPM's e do SISP Operacional Internet na tabela anual

- (i) Salvar base de dados;
- (ii) Compartimentar a tabela base em tabelas diárias.

## 2. Elaborar Mapas Criminais no Google Maps/My Maps.

Siga os Passo abaixo para a criação do mapa

- (i) Criar conta no Google com o endereço “xbpm\_mapas@google.com” (Onde “x” é o número do Batalhão).

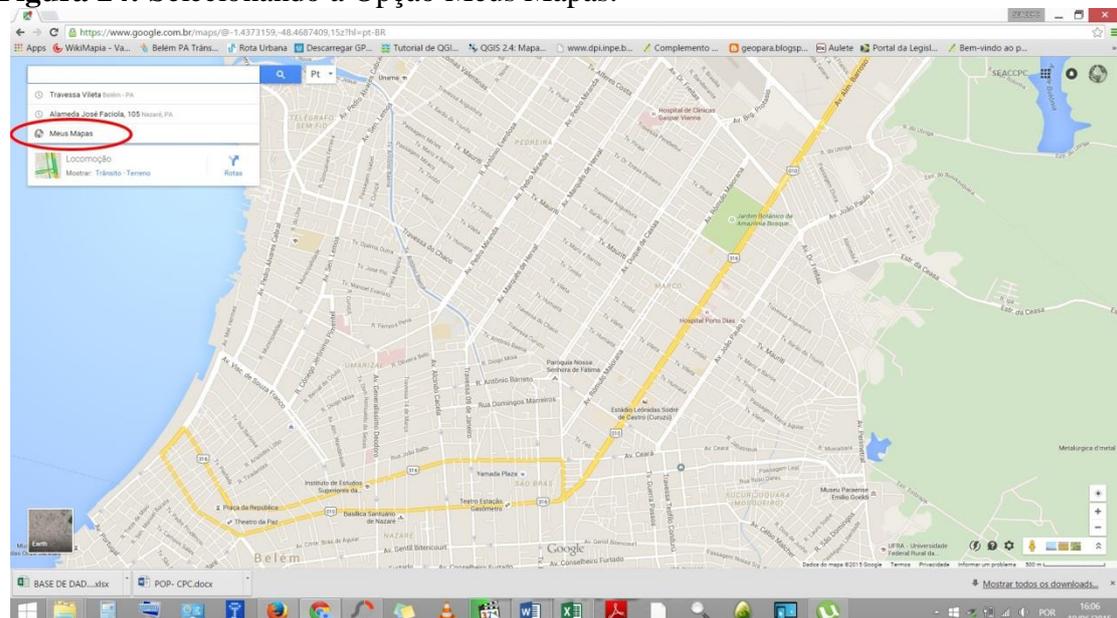
Acessando o aplicativo Google Maps para a criação do mapa (Figura 23);

**Figura 23:** Acessando o Aplicativo Google Maps.



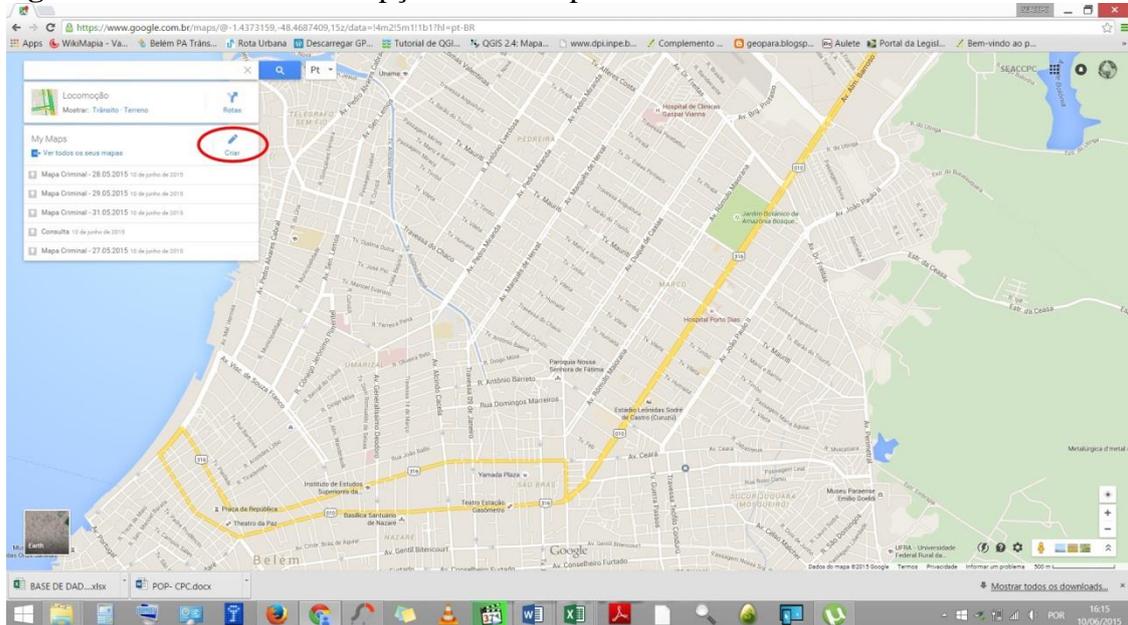
Selecionar a opção “Meus Mapas” (Figura 24);

**Figura 24:** Selecionando a Opção Meus Mapas.



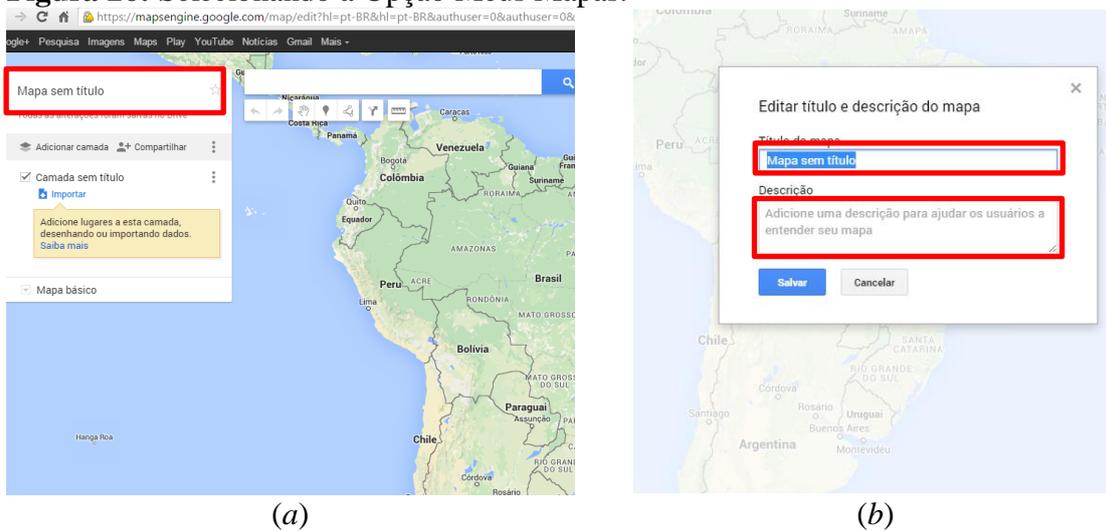
Selecionar a opção “Criar”, será aberta uma nova aba com um “Mapa sem título” (Figura 25).

**Figura 25:** Selecionando a Opção Meus Mapas.



Editar o título clicando em “mapa sem título” (Figura 26a) e descrição do Mapa (Figura 26b).

**Figura 26:** Selecionando a Opção Meus Mapas.



(a)

(b)

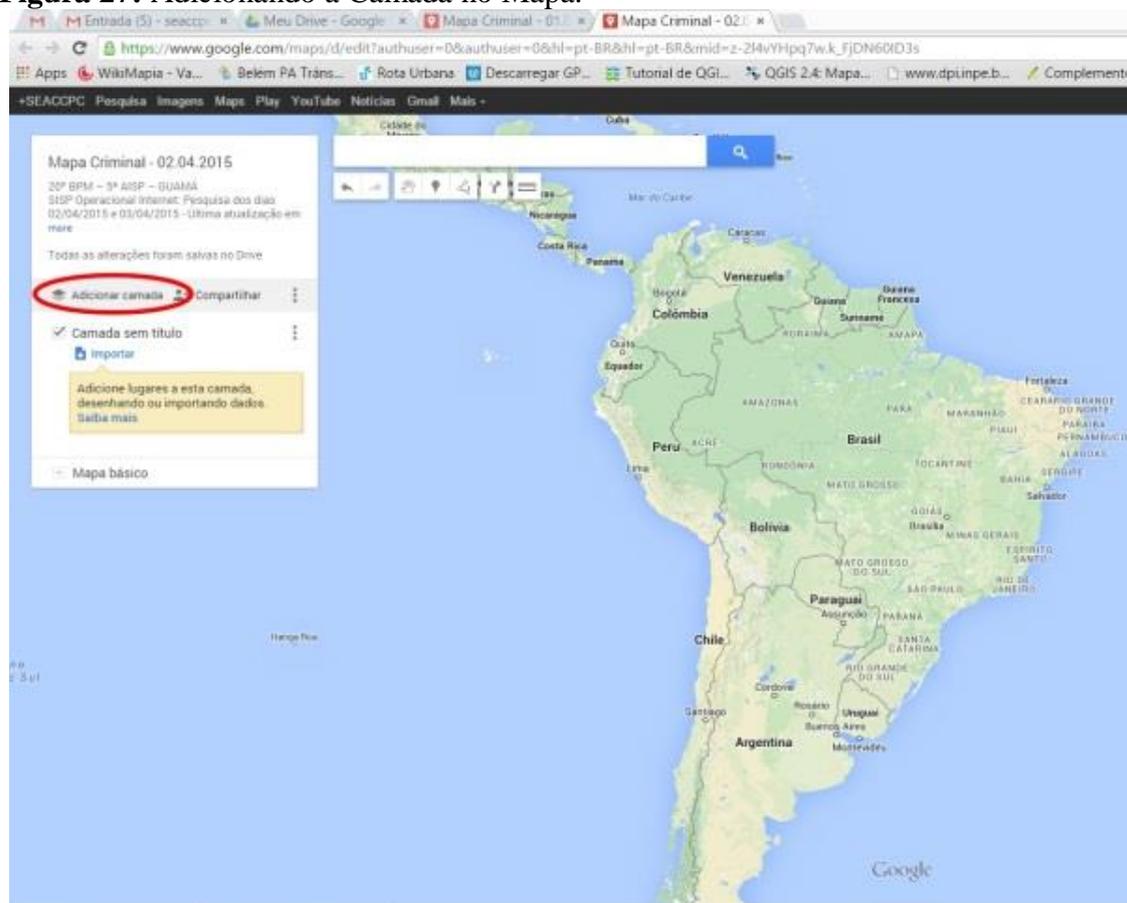
Os Mapas criminais diários devem seguir o seguinte formato

(i) Título do Mapa: Mapa Criminal - 02.04.2015

(ii) Descrição: 20º BPM – 5ª AISP – GUAMÁ SISP Operacional Internet: Pesquisa dos dias 02/04/2015 e 03/04/2015 - Última atualização em 03/04/2015

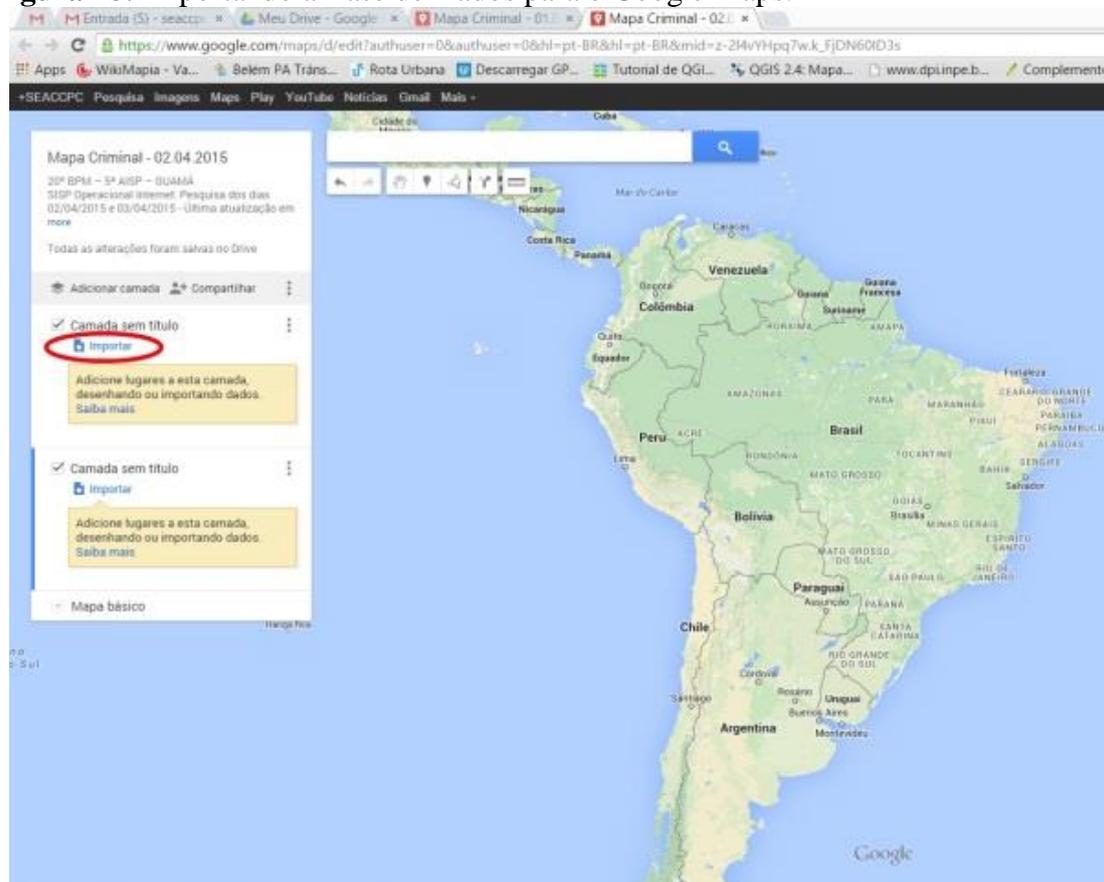
Posteriormente é necessário salvar a camada (Figura 27)

**Figura 27:** Adicionando a Camada no Mapa.



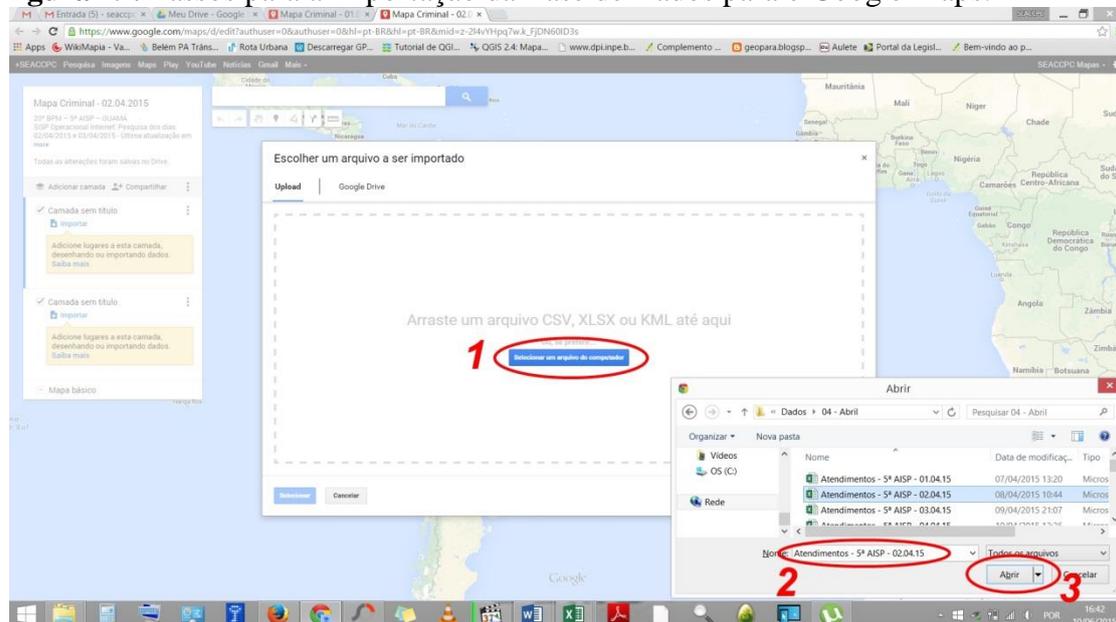
Agora importaremos a base de dados para carregar as informações no mapa (Figura 28).

**Figura 28:** Importando a Base de Dados para o Google Maps.



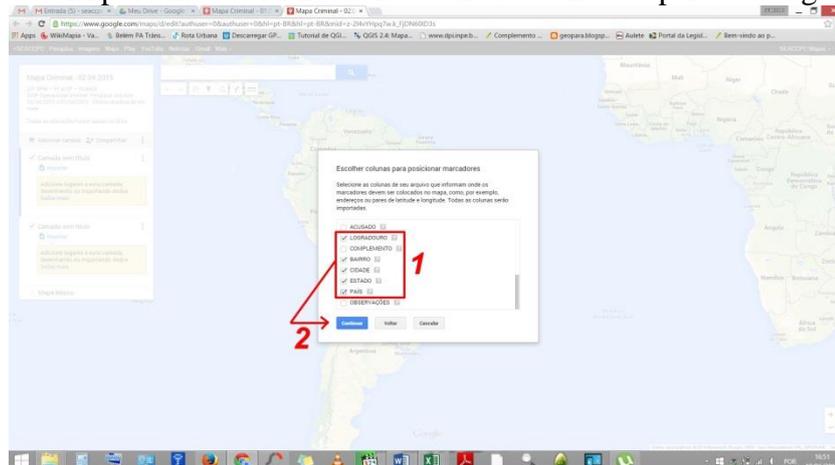
Escolha um arquivo a ser importado para o mapa e clique em “Selecionar um arquivo do computador” (Figura 29).

**Figura 29:** Passos para a Importação da Base de Dados para o Google Maps.



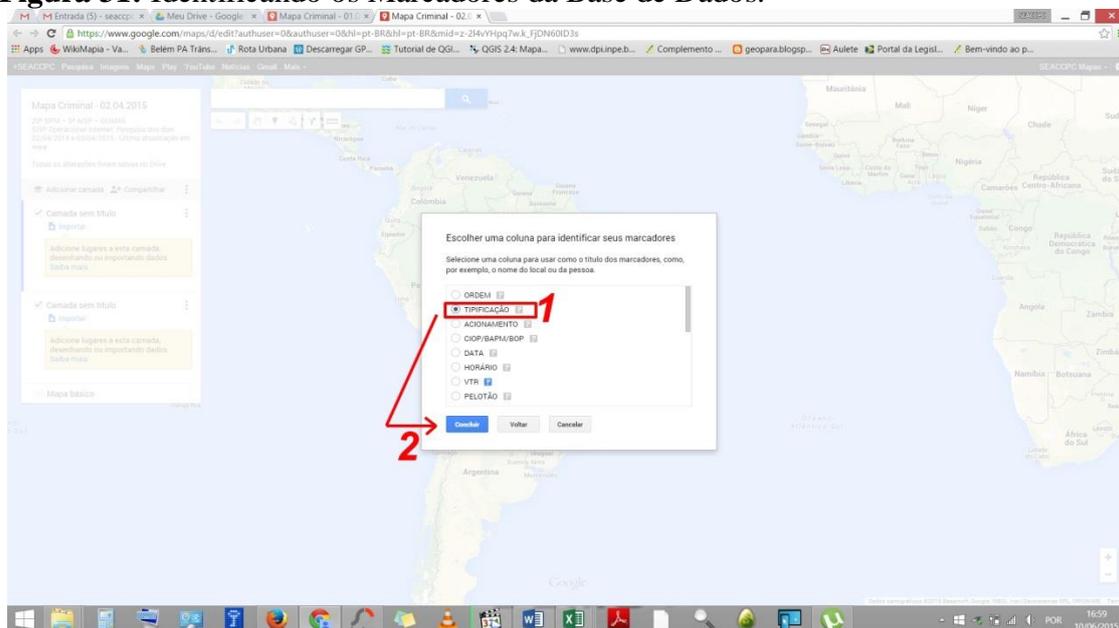
Abrir a tabela de interesse que deseja que apareça no mapa (Figura 30), escolher colunas para posicionar marcadores (LOGRADOURO, BAIRRO, CIDADE, ESTADO e PAÍS), depois selecionar “Continuar” (Figura 30).

**Figura 30:** Importando os Marcadores da Base de Dados para o Google Maps.



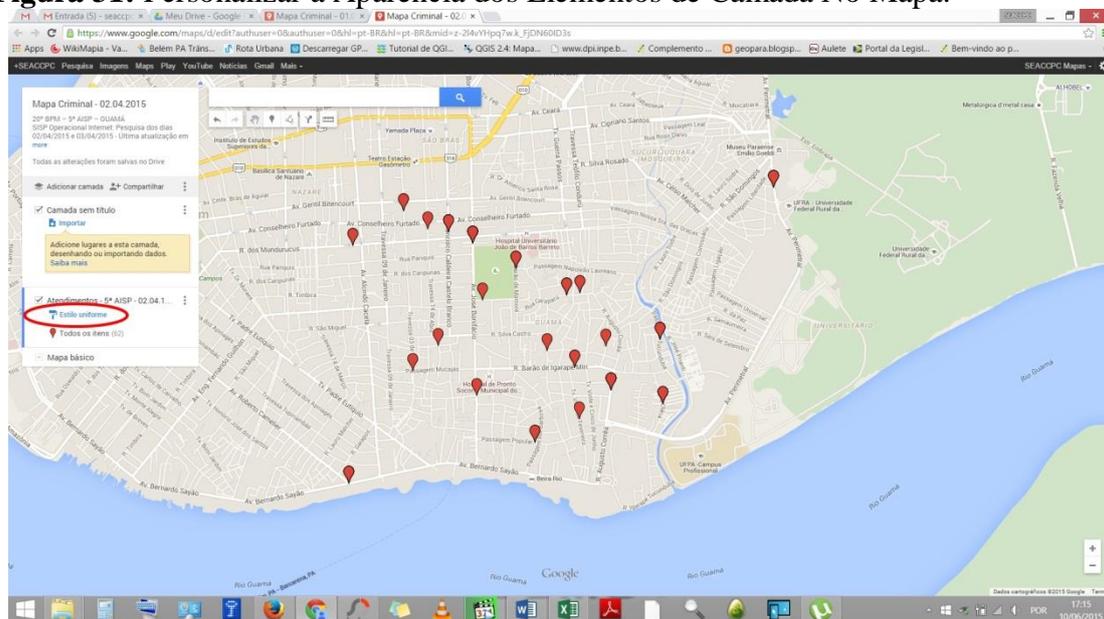
Escolher uma coluna para identificar seus marcadores (Escolher a coluna que identifique o fato), depois selecionar concluir (Figura 31).

**Figura 31:** Identificando os Marcadores da Base de Dados.

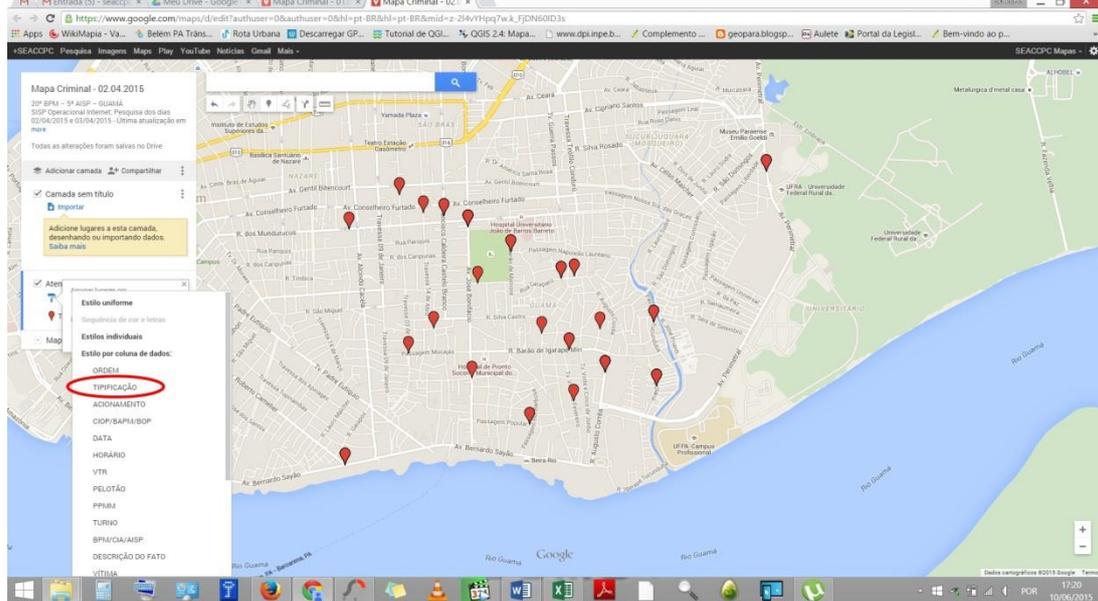


Personalizar a aparência dos elementos de camada no mapa. Agrupar lugares por “Estilo por coluna de dados”, então: “TIPIFICAÇÃO”. Definir rótulos por “TURNO” (Figura 31 e 32).

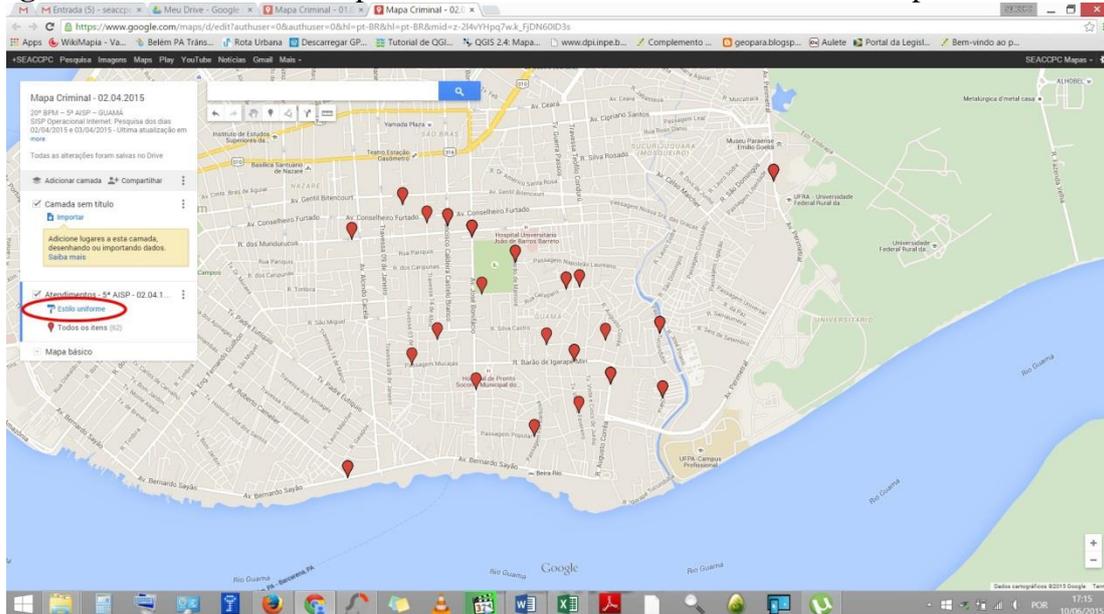
**Figura 31:** Personalizar a Aparência dos Elementos de Camada No Mapa.



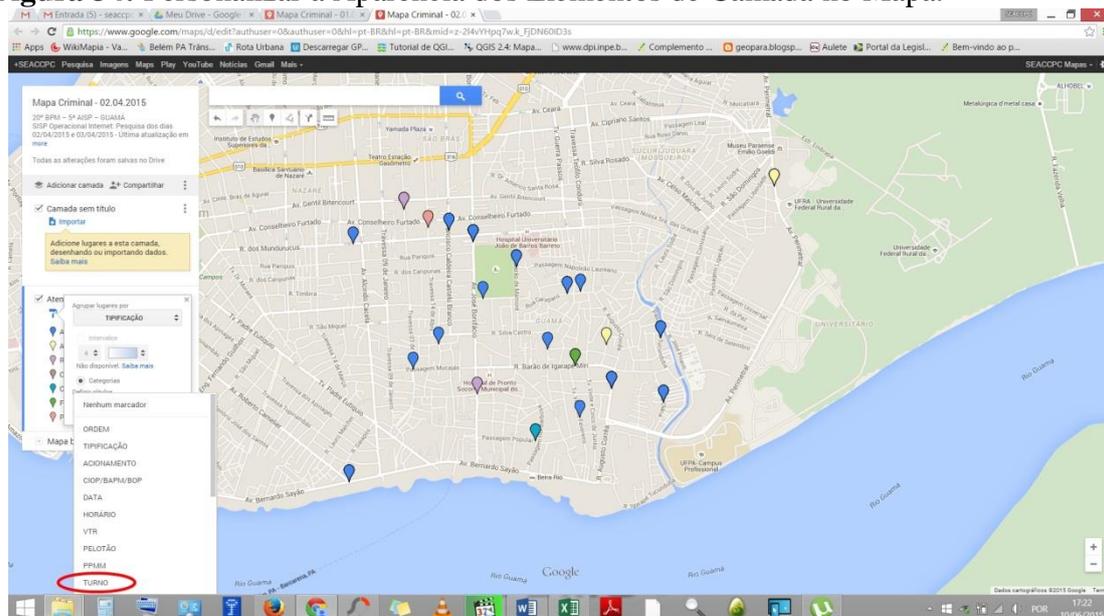
**Figura 32: Personalizar a Aparência dos Elementos de Camada No Mapa.**



**Figura 33: Personalizar a Aparência dos Elementos de Camada No Mapa.**



**Figura 34:** Personalizar a Aparência dos Elementos de Camada no Mapa.



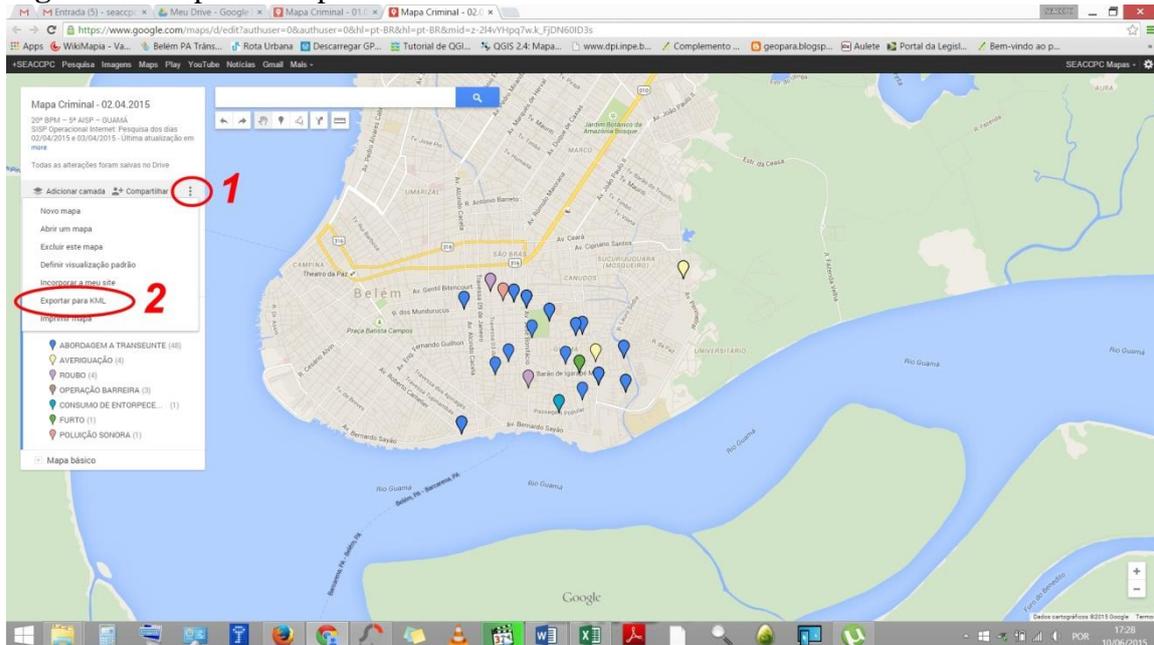
### 2.1.1. Editar pontos.

Alterar o ponto do lugar de acordo com as informações do Logradouro, Complemento/Perímetro. Faz-se isso clicando sobre o ponto e arrastando-o pelo mapa.

## 2.1.2. Exportar para KML.

Selecionar uma base de dados específica. Então, clique em Download (Figura 35 e 36).

**Figura 35: Exportando para KML.**



**Figura 36: Exportando para KML.**

